



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 171 - QUINTA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG</p>

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</p> <p>LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p>LÍDER Alvaro Dias – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 157ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 27 DE SETEMBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Registro de dados divulgados pelo IBGE, constatando que o Brasil possui população de cento e oitenta e três milhões de habitantes, bem como 125 milhões de eleitores, dos quais apenas 21 milhões possuem o 2º grau. Considerações sobre o voto obrigatório, sua importância como exercício da cidadania, e apelo pela participação dos brasileiros nas eleições. 29568

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Comentários sobre matérias publicadas no jornal **O Globo**, na página de Economia, que trazem um retrato da carga tributária e da queda de competitividade do Brasil no **ranking** mundial. Importância de um segundo turno nas eleições para a Presidência da República. 29573

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Conclama o povo brasileiro a que medite bem a fim de escolher os melhores candidatos aos cargos eletivos nas próximas eleições..... 29577

SENADOR JOSÉ JORGE – A ausência de limites na “megalomania” do Presidente Lula. Citação de matéria do jornal **Folha de S.Paulo**, sintetizando a inconsistência da lógica “lulista”. Questionamentos sobre as responsabilidades no episódio do dossiê contra candidatos do PSDB..... 29580

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Críticas às palavras do Presidente Lula ao povo brasileiro, comparando-se ao herói Tiradentes e a Jesus Cristo. Expectativa quanto ao debate que haverá amanhã entre os candidatos à Presidência da República, em canal de televisão, especialmente com relação à presença do Presidente Lula. 29586

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2006, que aprova o ato que outorga permissão à Alto Astral Produções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima, tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de

Educação. À promulgação. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados. 29592

1.2.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR MARCOS GUERRA – Considerações sobre a necessidade de um sistema educacional eficiente para o país, o mais importante entre os instrumentos capazes de assegurar uma sociedade mais justa e inclusiva. 29593

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da matéria intitulada “Presidente diz que varre a corrupção”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 30 de agosto último. 29595

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado “Os bobos da Corte”, de autoria da jornalista Dora Kramer, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 25 de agosto último. 29596

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários sobre a matéria intitulada “Mensalão afastou investimentos do País”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 24 de agosto último. 29597

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

3 – SECRETARIA DE COMISSÕES

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 157ª Sessão Não Deliberativa, em 27 de setembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Octávio, João Batista Motta,
Marco Maciel e Marcos Guerra.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O primeiro orador inscrito é o ilustre Senador Marco Maciel, a quem concedo a palavra. S. Exª terá direito à palavra por 20 minutos.

Com certeza, estaremos, hoje, aprendendo muito com o seu pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) –Nobre Senador Paulo Octávio, representante de Brasília no Senado Federal, candidato, nestas eleições, ao cargo de Vice-Governador na chapa que tem como candidato a Governador o Deputado José Roberto Arruda, Srªs e Srs. Senadores, iniciarei minhas palavras lembrando que o Brasil, de acordo com IBGE – dados relativos a agosto deste ano, se não estou equivocado –, possui uma população de 183 milhões de habitantes, algo muito significativo que o coloca entre os países mais populosos do mundo.

Não é menor também o número de seus eleitores. São 125 milhões, dos quais apenas 21 milhões possuem o segundo grau. Somos o segundo maior colégio eleitoral do mundo ocidental. Somente um país tem eleitorado maior. Refiro-me aos Estados Unidos da América do Norte, que tem população maior que a nossa, algo em torno de 300 milhões. Portanto, possui eleitorado maior.

É bom lembrar que, ao contrário do que muita gente pensa, no Brasil, vota-se desde muito cedo. O Brasil começou a praticar o exercício do voto, um dos caminhos para a democracia, antes da sua Independência. Já em 1821, elegemos delegados, representantes do Brasil, e os enviamos às Cortes Constitucionais de Lisboa, quando éramos a maior parte do Reino Unido de Portugal e Algarve.

Realizamos a primeira eleição em 1821, em caráter nacional. A partir daí, praticamente, não interrompemos a prática do voto com eleições periódicas, salvo

no período entre 1937 e 1945, tempo em que Getúlio Vargas foi ditador do País.

Como sabem os que aqui se encontram, Getúlio Vargas governou o País sob quatro diferentes formas. Primeiro, foi Presidente provisório, logo após a Revolução de 1930, ficando nessa condição até 1934. Em 1934, Getúlio Vargas foi eleito indiretamente e exerceu a Presidência no período de 1934 a 1937.

De 1937 a 1945, com a Polaca, Constituição de 1937, que fechou as instituições representativas – Senado, Câmara, assembléias legislativas, câmaras municipais – e também autorizou o Presidente da República a intervir nos Estados, Getúlio foi, portanto, Chefe de Estado autoritário, ditador.

A quarta forma pela qual Getúlio foi Presidente da República foi elegendo-se em 1950, democraticamente, pelo voto direto da sociedade brasileira. Governou o País até 1954, quando se suicidou, em 24 de agosto.

O Brasil tem outra característica extremamente positiva: o voto obrigatório. Isso é muito bom sob dois aspectos: em primeiro lugar, o voto obrigatório faz com que o cidadão comece a fazer um exercício de pedagogia cívica. Na hora em que é chamado a votar, o eleitor começa a pensar e se interessar pelos problemas do País.

Num País da nossa dimensão, é fundamental que o cidadão conheça não somente os candidatos, como também os problemas do País, sobretudo da sua região, do seu Estado, do seu Município.

Em segundo lugar, o voto obrigatório também é muito importante, a meu ver, para os candidatos, porque os força, assim, a visitar toda a circunscrição eleitoral.

À medida que alguém se candidata a Presidente da República, deve conhecer o País, os seus problemas e saber como resolvê-los.

Portanto, é fundamental a exigência do voto obrigatório, que não somente obriga o eleitor – é um direito e um dever do eleitor –, mas também o candidato. Se assim não fosse, certamente os candidatos à Presidência da República ficariam apenas visitando os colégios eleitorais mais numerosos, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, deixando de ir aos Estados do Norte, do

Nordeste etc. É muito positivo que o Brasil mantenha essa tradição de voto obrigatório.

Há muitos países que praticam o voto facultativo, o chamado voto voluntário, e os Estados Unidos são um deles. Na última eleição presidencial, em 2004, compareceram às eleições que deram a vitória a Bush apenas 48% do eleitorado. Haverá eleições parlamentares em novembro próximo nos Estados Unidos, para renovar a totalidade da Câmara e um terço do Senado, e, nessas eleições, o comparecimento é menor. Já houve eleição em que compareceram apenas 36% do eleitorado, o que retira um pouco a legitimidade dos eleitos, daí por que, insisto, na necessidade do chamado voto obrigatório.

O voto obrigatório cria condições para que se desenvolva uma adequada cultura cívica. Sob esse aspecto, aliás, gostaria de citar uma frase proferida pelo então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral Ministro José Néri da Silveira, também Presidente do Supremo Tribunal Federal. Em palestra proferida em 1992, ele disse: “a educação para a democracia não pode, ademais, ser obra apenas das campanhas eleitorais. Iniciada no lar, continuada na escola, desenvolvida no cotidiano das leituras e das informações, porque isso fará com que a cultura política leve o cidadão ao partido, à candidatura, ao sufrágio consciente e livre” e encerra Montesquieu, famoso pela sua teoria de repartição dos poderes, que adotamos desde a Constituição Republicana, em 1891, e que já tinha sido, em parte, adotada na Constituição de 1824. Porém, na Constituição de 1824, havia um quarto poder, o chamado Poder Moderador, conforme, aliás, preconizara Benjamin Constant de Rebecque. Eis o que reproduziu de Montesquieu: “O povo só pode ser monarca pelos sufrágios, que constituem suas vontades”.

É necessário lembrar, nesta hora em que nos preparamos para votar, que convém que o eleitor comparecer, não se abster não anular o voto, porque será pelo voto positivo, pelo voto construtivo, que se construirá uma verdadeira democracia no País.

O grande estadista britânico Winston Churchill, reconhecido mundialmente, declarou, certa feita, que não se deve anular o voto. E acrescentou: “Apatia, complacência, doença ou indiferença podem às vezes ser problemas. Em dias de eleição são crimes”. Com isso, Churchill queria deixar clara a importância do voto. O cidadão brasileiro deve comparecer, ainda que arrostando dificuldades, limitações físicas ou mesmo outros compromissos, para, por esse caminho, ajudar a construir uma verdadeira democracia no País, sobretudo tendo em vista o momento que vivemos, de grande crise ética, que atingiu não somente o Poder Executivo, mas também o Congresso Nacional.

O cidadão não pode deixar de comparecer e de votar construtivamente, expressando, assim, a sua opinião e escolhendo candidatos que mereçam a sua confiança, a fim de que, recebendo o voto, possam melhorar o País e as suas instituições.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Concedo um aparte ao nobre Senador José Jorge, que representa o Estado de Pernambuco no Senado Federal e é candidato a vice-Presidente na chapa do ex-Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Marco Maciel, ex-Vice-Presidente da República e político que muito orgulha o Estado de Pernambuco, em primeiro lugar, concordo com a opinião de V. Ex^a em relação ao voto obrigatório. No Brasil, já conseguimos uma democracia representativa com bastante força, não sem muito esforço. Temos que nos lembrar que há aproximadamente vinte anos vigorava no País um regime autoritário. Passamos muitos anos sem eleições diretas para governador e presidente. Agora, as eleições são realizadas a cada dois anos, e inclusive eleições estruturadas: ora para prefeitos e vereadores, ora para governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais e presidente da República. Existe um sistema informatizado, com urnas eletrônicas que nos permitirão que, já no domingo, em torno de meia noite, uma hora da manhã, possamos conhecer o resultado das apurações de muitos votos, a fim de que não haja dúvida quanto à lisura da apuração e do pleito. Isso nos coloca na dianteira de outros países, inclusive mais desenvolvidos do que o nosso, como os Estados Unidos, ou países com grau de desenvolvimento semelhante ao nosso, como o México. Como estamos lembrados, os Estados Unidos, na eleição passada, passaram semanas, se não me engano, sem conseguir decidir quem ganharia. No final, venceu o Presidente George W. Bush, mas restou um pouco de dúvida. Se fosse num país com estrutura democrática menos consolidada, até hoje, certamente, ainda haveria protestos. No México, como foi uma eleição muito disputada, com uma diferença muito pequena, e a apuração era relativamente lenta, um candidato venceu e o outro protesta até hoje, acreditando que quem ganhou foi ele, porque a estrutura eleitoral não era tecnicamente sofisticada e não permitia uma resposta rápida, retirando essa possibilidade. No Brasil, passamos por essa fase. A democracia está se consolidando. Mais de 126 milhões de eleitores – ou 128 milhões, se não me engano –, de todas as faixas etárias, em todas as regiões, comparecerão às urnas, no dia 1º de outubro, para votar nos candidatos de sua preferência. As regras eleito-

rais da campanha eleitoral ainda estão sendo modificadas. Pouco a pouco, as regras estão sendo fixadas a fim de dar oportunidade a todos. Para esta eleição, há pouco tempo, aprovamos projeto de lei de autoria do Senador Jorge Bornhausen, Presidente do nosso partido, do qual fui relator por duas vezes no Senado Federal, na primeira fase, e posteriormente, quando voltou da Câmara dos Deputados. Muitas regras foram consolidadas. Inclusive algumas que muitos acreditavam que não valeriam para esta eleição. Por exemplo, a diminuição do custo da campanha, com a proibição do uso de camisetas, bonés, *outdoors* e showmícios. A proibição permitiu que a campanha se tornasse mais barata, dando oportunidade, conseqüentemente, a pessoas que dispunham de uma quantidade menor de recursos. Isso deu certo. Verificamos que as cidades estão muito mais limpas, com a proibição de afixar cartazes em prédios públicos, em postes, no meio da rua. Estão sendo consolidadas propagandas apenas nas residências em que as pessoas permitem a pintura dos muros e a colocação de cartazes. Foi uma decisão bastante equilibrada. V. Ex^a aborda a questão do voto obrigatório. Também sou a favor do voto obrigatório. Ainda estamos em uma etapa de consolidação do regime democrático. Não pudemos abrir mão, ainda, do voto obrigatório. O voto é um direito e um dever do cidadão. Temos que incentivá-lo. Desta vez, estamos não apenas incentivando, mas tornando compulsório o voto. Com o tempo, as pessoas vão se acostumar a participar da vida pública. Hoje, já existe uma participação grande. Muitas pessoas participam e falam. Como candidato a Vice-Presidente, quando ando nas ruas, em todos os Estados, as pessoas falam, perguntam, protestam, sugerem, exatamente pelo interesse na política. Mas não queremos que apenas aqueles que gostam de política participem, queremos que todos participem, pois a participação no processo social é muito importante. As pessoas podem decidir, e decidir bem. Mesmo os que não gostam de política podem, no momento certo, tomar uma decisão. Todos aqueles que têm obrigação de votar vão escolher os melhores candidatos e vão consolidar sua decisão neste final de semana. Muitos observam as pesquisas. As pesquisas são importantes, mas não decidem a eleição. Se fosse assim, a eleição não seria necessária. Bastaria encomendar uma pesquisa ao Ibope para decidir quem seria o governador, o prefeito ou o presidente. Não! Queremos pesquisa, mas queremos, principalmente, a eleição. Portanto, aproveito o discurso de V. Ex^a para apelar a todos os eleitores que compareçam, que pensem e que votem certo na eleição do dia 1º de outubro. Meus parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador José Jorge, cumprimento V. Ex^a pelo substancial aparte, sobretudo quando se manifesta favorável também ao voto obrigatório, até como exercício de cidadania, como eu disse há poucos minutos. No momento em que o cidadão é obrigado a se alistar, começa, certamente, a participar do mais importante direito da cidadania política, ou seja, o voto, através do que se constituem os governos. Portanto, o voto é algo decisivo como direito político do cidadão.

Ele não pode deixar de votar, não pode se abster. Mais do que isso: não pode também anular o seu voto, que, a meu ver, é criticável e condenável. Portanto, é o apelo que fazemos agora nesse sentido na Tribuna do Senado Federal.

Devo aproveitar a ocasião para citar um grande pensador brasileiro, Gilberto de Mello Kujawski, que, num artigo publicado no Estado de S. Paulo em 22 de junho deste ano, declarou:

“(…) O voto nulo é uma aberração. Significa atirar no que se vê (os maus políticos) e acertar no que não se vê (o País e a democracia, os maiores prejudicados). (…) Cabe ao eleitor zelar pelo voto a que tem direito. Voto nulo equivale a voto vago, vazio, que pode ser preenchido por outro a favor dos políticos mais indesejáveis. Se eu não voto, alguém vota em meu lugar. O feitiço virando contra o feiticeiro”.

Estou totalmente de acordo com essa afirmação. Daí a necessidade do voto positivo.

É bom lembrar também que o Brasil faz algo que poucos países fazem: asseguramos facultativamente o voto ao maior de dezesseis anos; obrigatoriamente a partir dos dezoito e até setenta anos. É facultado ao cidadão continuar a votar mesmo que tenha ultrapassado os setenta anos. O voto deixa de ser obrigatório, mas, se ele comparecer, vai encontrar o nome dele na seção eleitoral e poderá exercer esse direito.

Recorde-se que o Brasil foi um dos primeiros países a dar o voto à mulher, desde o Código Eleitoral de 1932, como conseqüência da Revolução de 30, que se voltou para a modernização dos nossos costumes e práticas democráticas.

A Constituição de 1934, que durou muito pouco – apenas três anos –, também reafirmou o que estava no Código Eleitoral, concedendo o voto à mulher. Fomos um País que concedeu o voto à mulher bem antes de alguns países, inclusive da Europa, os chamados países do Primeiro Mundo.

Ademais concedemos o voto ao analfabeto, uma atitude correta, porque, se o analfabeto trabalha, paga

imposto, não pode, por uma limitação de ordem cultural, estar impedido de manifestar sua opinião. No fundo, o voto é a possibilidade de o cidadão expressar o que pensa, sobre quem deve dirigir quer o País, quer o Estado, quer o Município. Daí explicar-se o fato de um universo de 183 milhões de brasileiros. 125 milhões estão habilitados ao exercício do voto, isto é, quase dois terços da população.

O maior colégio eleitoral é o de São Paulo, com 28 milhões de eleitores, se não estou equivocado; o segundo colégio eleitoral é Minas Gerais, com 13 milhões; o terceiro é o Rio de Janeiro; o quarto colégio eleitoral é a Bahia; o quinto colégio eleitoral, se eu não estou equivocado, é o Rio Grande do Sul; o sexto é o Paraná e o sétimo colégio eleitoral é Pernambuco – Estado que tenho a honra de representar nesta Casa –, que tem 5,8 milhões de eleitores.

Ressalto também que, ao lado do voto e da importância de votar nestas eleições, o Brasil assegura uma ampla diversidade partidária. Talvez até seja excessiva a diversidade partidária. Há registrados no País hoje 29 partidos políticos, porém já tivemos mais no passado. Tenho aqui a relação. Se não me engano, nas eleições que se realizaram entre fins da década de 80 e começo da década de 90, esse número chegou a mais de 60, mesmo porque à época o Tribunal Superior Eleitoral considerava que poderiam participar das eleições partidos políticos com registro provisório. Então, isso levava muitas vezes que um partido sem haver satisfeito todas as exigências pudesse disputar as eleições, concorrer aos pleitos.

Mais recentemente, a Justiça Eleitoral entendeu que, para disputar a eleição, o simples fato de dispor do registro provisório não é suficiente; há que se ter cumprido todas aquelas exigências constitucionais e legais previstas.

Sr. Presidente, ilustre Senador João Batista Motta, da representação do Espírito, aproveito a ocasião para dizer que, nesta eleição, vai entrar em vigor, com algum atraso, a chamada cláusula de desempenho. A cláusula de desempenho é algo já adotado em muitos países. Vou ler apenas um pequeno trecho do livro, traduzido, chamado *Ciudadania y representatividad. Los sistemas electorales em Europa*, da professora Maria José Auber. O livro foi publicado em 2000, Edições Belaterra, Barcelona.

Ela observa:

“(…) *Muitos sistemas eleitorais fixam um mínimo eleitoral, abaixo do qual os candidatos ou partidos não obtêm representação parlamentar. Estas barreiras estão pensadas para impedir um fracionamento excessivo no Parlamento e do conseqüente risco de ingover-

nabilidade que pode acarretar, porém servem também para excluir a determinadas minorias políticas. Este mínimo exigido varia segundo os países e pode ser alto, de uns 5% (Alemanha, França), ou só simbólico, da ordem de 1% ou inferior (Holanda, Irlanda, Dinamarca, Bélgica e Luxemburgo)”.

No Brasil, a primeira tentativa de se estabelecer a chamada cláusula de desempenho, também chamada por alguns de cláusula de barreira, cláusula que melhorará em muito a governabilidade, ocorreu em 1978, mas somente agora vai entrar em vigor, em função da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

Sr. Presidente, eu participei das negociações desta lei. Era Vice-Presidente da República à época, mas a discutimos com os Líderes, no Congresso. O Presidente da Câmara era o Deputado Luís Eduardo Magalhães. Depois, também acompanhei os debates aqui no Senado, e, ao final, a lei terminou sendo por mim sancionada.

A referida lei estabelece:

“Art. 13. Tem direito a funcionamento parlamentar, em todas as casas legislativas para as quais tem elegido representante, o partido que em cada eleição para a Câmara dos Deputados obtenha o apoio de no mínimo 5% dos votos apurados, não computados os votos brancos e os nulos, distribuídos em pelo menos um terço dos estados, com um mínimo de 2% do total de cada um deles”..

Tal dispositivo, conseqüentemente, melhora a governabilidade pela redução de partidos.

Essas considerações são oportunas porque estamos prestes a exercer o voto no próximo domingo. No Brasil se estabeleceu também no novo constitucionalismo e na nova legislação, que só são considerados votos válidos aqueles que tenham sido dados a um determinado candidato ou legenda. Em outras palavras, o voto em branco ou nulo não conta para efeitos eleitorais. Por exemplo, as eleições para a Presidência da República e para Governadores, que se realizarão agora, exigem que o candidato, no primeiro turno, tenha cinquenta por cento mais um voto para se declarar eleito. As pessoas que se abstiveram e os votos brancos e nulos não contarão para a definição da maioria absoluta. É bom frisar lembrar que maioria absoluta – cinquenta por cento mais um – não é cinquenta por cento mais um por cento, é cinquenta por cento mais um voto. O que significa dizer, portanto, que é importante que o cidadão vote, e vote afirmativamente, vote construtivamente, escolhendo a sua melhor proposta.

Sem querer me alongar, Sr. Presidente, e tendo em vista as limitações do tempo, diria que é fundamental, nesta hora, que nos conscientizemos da importância do voto e fixemos cada vez mais as nossas atenções nas eleições deste ano. Elas são importantíssimas, porque o País vive uma grave crise, sobretudo uma grave crise ética. As instituições estão sendo questionadas, algo sem precedentes, depois de tantos avanços que havíamos alcançado nas duas últimas décadas. A partir da Constituição de 1988, do Plano Real, que estabeleceu a estabilidade econômica e tantas outras, o Brasil se vê, de uma hora para outra, mergulhado numa grave e extensa crise. Podemos resgatá-lo pelo voto, pela cidadania, porque é por meio do voto que se constituem os governos, e aí não há outro caminho ao cidadão que deseja o bem do seu País, que quer vê-lo cada vez mais robusto, sob o ponto de vista democrático, cada vez mais sólido em relação a seu desenvolvimento e com participação maior no mundo que se globaliza. É fundamental que aproveitemos a ocasião do voto para construirmos novas instituições, para que resgatemos o País da crise ética em que está mergulhado. Daí o apelo que faço a todos e a cada um, mas, sobretudo, aos líderes, às pessoas que têm responsabilidade. O líder, nessa hora, não pode calar. Aqueles que nas suas comunidades – governadores, prefeitos, vereadores, líderes da sociedade civil de modo geral, presidentes de órgãos de classe etc. –, nessa hora, a meu ver, não podem omitir-se; precisam manifestar a sua opinião, para que o eleitor também fique mais consciente da relevância do voto nesse instante.

Também quero aproveitar a ocasião para dizer que, segundo as últimas pesquisas, é muito provável que haja segundo turno nas eleições presidenciais do próximo domingo.

Quero registrar que os partidos políticos são muito importantes nessa hora. O que é o partido político? É uma instituição que faz a interlocução entre o eleitor e o governo, isto é, os partidos políticos são canais de articulação entre sociedade e governo. Eles são indispensáveis. Daí por que precisamos aproveitar o momento para consolidá-los.

No caso específico das candidaturas do ex-Governador Geraldo Alckmin a Presidente e do Senador José Jorge a Vice-Presidente – chapa que apóio, posto que são candidatos da coligação “Por um Brasil decente”, que tem como principais partidos que o apóiam o PSDB e o PFL –, aproveito a ocasião para falar sobre o programa de governo por eles apresentado recentemente, a meu ver, atende às demandas da sociedade brasileira. Não tem promessas faraônicas e irrealizáveis. Antes – eu diria – são propostas concretas nos mais diferentes campos da atividade humana, come-

çando obviamente pelas vicissitudes que vive o Brasil, de resgate ético, avançando também na melhoria das condições de segurança pública, individual, pois o País está muito carente de políticas nessa área. A propósito se preocupa com a educação, dedica algumas páginas a essa grande questão brasileira ainda não resolvida. Traça também um programa de recuperação da nossa infra-estrutura física e econômica. Avança inovadoramente no campo da política externa.

Portanto, é um programa que não pode deixar de ser lido. Acho fundamental que o eleitor, ao votar, procure ler o programa do Geraldo Alckmin, por merecer o apoio total daqueles cidadãos que, conscientemente, desejam que o País melhore, que o País possa ser aquele com o qual sonhamos.

No passado, nas décadas de 40, 50, houve um escritor não-brasileiro, Stefan Zweig, que escreveu um livro intitulado Brasil, País do Futuro. Durante muito tempo, dizia-se que o Brasil seria o País do futuro. Eu diria que o futuro está chegando. Acredito que, com a eleição de Geraldo Alckmin, e tendo em vista que o Brasil obteve no tempo em que Fernando Henrique Cardoso foi Presidente da República avanços nas práticas democráticas com o Plano Real, com a correta política de inserção internacional, no resgate das desigualdades sociais, o futuro tenha chegado. O Brasil tem tudo para ser uma nação democrática, justa e desenvolvida.

Isso vai depender – e é importante que a sociedade se compenetre da necessidade – do voto consciente, do voto afirmativo. Que ninguém se abstenha, ou fique em casa e deixe de votar.

Mesmo que se tenha uma dificuldade, hoje se vota rapidamente, graças à urna eletrônica. Então, que ninguém se omita e se anule, anulando o voto, e que todos possam, assim, concorrer para o fortalecimento da democracia e, por esse caminho, construir uma sociedade que seja não somente democrática, mas também justa.

Sr. Presidente, acredito que não podemos ser pessimistas com relação ao País.

Por volta de 1955, Juscelino Kubitschek disse uma frase que não podemos esquecer: com relação ao Brasil, o otimista pode errar, mas o pessimista começa errando. O Brasil tem tudo para ser uma grande Nação. Acho que ninguém questiona isso. E isso graças a sua expressão territorial, a sua capacidade de dialogar com seus vizinhos e com todos os países do mundo; ao fato de que o Atlântico Sul é uma zona de paz – aqui não temos conflitos bélicos e terrorismos, graças a Deus – e igualmente ter um povo que não perde a esperança, que é otimista e que construiu uma notável sociedade multiétnica.

Então, tudo vai depender agora do voto. Estamos diante de um grande desafio a ser vencido de forma muito simples: por meio do voto, que é a grande arma da democracia, o grande instrumento da mudança, do progresso e do desenvolvimento.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Marco Maciel, congratulo-me com V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento em favor da democracia brasileira.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, em permuta com o Senador Heráclito Fortes.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Batista Motta, muito digno representante do Estado do Espírito Santo, tivemos há pouco uma aula sobre eleições no Brasil. Deixo bem claro que concordo, em gênero, número e grau, com todas as ponderações do nosso ilustre ex-vice-Presidente da República Marco Maciel. O voto tem de ser obrigatório. Temos de exercer esse direito e fazê-lo com competência.

Senador Marco Maciel, venho a esta tribuna hoje por um motivo muito importante: tenho visto pela televisão as seguidas campanhas publicitárias do Presidente Lula, com aquele ufanismo, mostrando números que ninguém contesta. A população brasileira, muitas vezes, é iludida.

Hoje, Senador José Jorge, o jornal **O Globo**, em sua página de economia, traz o retrato claro do que está acontecendo com o Brasil, principalmente nos últimos anos. Vejamos: “Brasil menos competitivo. Aumento do gasto público e corrupção fazem País cair de 57º para 66º lugar”. Então, o Brasil perdeu nove posições do ano passado para este ano. Perdeu por quê? Pela corrupção e pelos desmandos.

Vejamos como é feito esse levantamento. O relatório de competitividade global é feito pelo Fórum Econômico Mundial, e não por nenhuma instituição brasileira. É o Fórum Econômico Mundial que analisa as economias de 125 Países. A metodologia leva em consideração os diferentes estágios de desenvolvimento das economias analisadas e, além das variáveis econômicas, inclui as institucionais e as educacionais, que definem a capacidade de crescimento futuro de um País.

Houve, ainda, um reagrupamento dos itens analisados. Saúde e educação básica, setores que esta-

vam dispersos dos relatórios anteriores, agora são estudados conjuntamente, permitindo uma análise específica das diferentes variáveis que influenciam a competitividade dos Países.

Perdemos, conseqüentemente, nove posições. Quem está dizendo isso não sou eu, nem o PFL, nem uma instituição de pesquisa brasileira, mas – repito – o Fórum Econômico Mundial, que analisa 125 Países. O Brasil está nessa posição vergonhosa porque aumentou a corrupção, aumentou o gasto público – aumentou sensivelmente o gasto público. Aumentou tanto que ontem, esse mesmo jornal dizia: “Carga tributária sobe 21% nos governos estaduais, nos últimos sete anos”. A carga tributária aumenta, o brasileiro paga mais imposto e a nossa posição no **ranking** mundial cai. Isso desestimula o investimento em todos os níveis – estrangeiro e nacional – e o otimismo do País. O Brasil está andando para trás.

Muitas vezes, nas campanhas publicitárias, os números apresentados dizem que o Brasil está crescendo, está avançando. Não. No Brasil, está aumentando o gasto público e a corrupção. É uma vergonha! No momento em que o Brasil precisa crescer, em que precisa dessa injeção de otimismo, a posição do País está só caindo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é por isso que hoje venho a esta tribuna para comentar esses dois artigos, essas duas análises feitas, com muita consistência, pelo importante jornal **O Globo**, que examinou o aumento da carga tributária Estado por Estado, assim como o aumento da competitividade no mundo todo, verificando qual o País que melhorou o seu nível. Nesse contexto, o Brasil é um dos poucos que perdeu posição.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Paulo Octávio, se V. Ex^a me permite uma breve interrupção, diria que V. Ex^a trata hoje de um problema agudo, se o país quiser voltar a crescer. Realmente, como salientou, com base em dados publicados no jornal **O Globo** de hoje, o Brasil perdeu espaço, se comparado com outros países, sobretudo quando todo o mundo vive um grande momento de expansão. Nunca houve tanta disponibilidade de capital internacional, há muito tempo não se tinha um ciclo tão grande de crescimento, e estamos perdendo essa grande oportunidade, ou

seja, o Brasil cresce a taxas extremamente modestas e frustra, assim, o sentimento de progresso da população. O Programa do Presidente Geraldo Alckmin trata desse assunto e diz: “É preciso recuperar o tempo perdido. Entre 1930 e 1980, o Brasil conseguiu reduzir significativamente a diferença na renda **per capita** em relação aos países desenvolvidos. Nesse período, poucos países cresceram tanto quanto o Brasil. Crescer parecia ser o nosso destino”. Depois, ele faz outras considerações e lembra que o Brasil agora está crescendo a taxas extremamente baixas, incompatíveis com suas potencialidades. Diz ainda: “Não é possível se conformar com desempenho tão modesto. É preciso retomar o crescimento acelerado. É perfeitamente possível resgatar a taxa de crescimento da ordem de 5% a 6%, sem comprometer a estabilidade econômica”. E acrescenta: “Estudo recente do Banco Mundial acerca do crescimento dos países da América Latina mostra que com políticas econômicas adequadas o Brasil poderá reencontrar a trajetória de crescimento do passado, isto é, 7% ao ano. Mas, para isso, o que se impõe fazer? Qual seria o diagnóstico? Primeiro, porque o Brasil sofreu uma grande redução na taxa de investimento; depois, porque o custo de investimento subiu” – e V. Ex^a lembra também como estão crescendo os gastos públicos. Portanto, segundo o ex-Governador Geraldo Alckmin, que tem como candidato a vice-Presidente o Senador José Jorge, os principais problemas a serem resolvidos são: resgatar a capacidade de investir, reduzir o custo do investimento, aumentar a produtividade na economia. Nobre Senador Paulo Octávio, V. Ex^a, que é a um só tempo político – aliás, de uma família mineira, e Minas oferece tantos políticos ao Brasil – e empresário, uma pessoa que conhece bem os problemas do País, traz, com o seu discurso, novas achegas que possam convencer a sociedade da importância do voto no dia 1º de outubro, um voto que venha dar novos rumos para o Brasil.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Marco Maciel, acolho o seu aparte com muita simpatia.

Quero realçar que o Brasil precisa conhecer o plano de governo de Geraldo Alckmin e José Jorge. A população precisa saber o que esses dois grandes brasileiros querem para o futuro do País. E o Brasil, infelizmente, não teve ainda essa oportunidade porque estamos às vésperas da eleição e não houve debate efetivamente, porque o Presidente Lula a eles não compareceu. Faço votos que ele vá ao debate programado para esta semana e que possamos ter segundo turno, Senador José Jorge, para ouvirmos, assistirmos, presenciarmos um debate importante entre os dois candidatos que estão preferencialmente nas pesquisas. Vai ser o momento de discutir plano de

governo, o que, infelizmente, não se dá no Brasil; ninguém discute plano de governo, discutem-se pessoas. E o plano de governo de Geraldo Alckmin e José Jorge é infinitamente superior, é propositivo, acrescenta muito para o futuro.

Tenho certeza de que, se fizerem esta eleição Alckmin e José Jorge, o Brasil vai pular no **ranking** mundial, vai pular. Com certeza, nosso índice de competitividade global vai melhorar de posição. É o que temos que fazer.

Concedo um aparte ao ilustre futuro Vice-Presidente do Brasil, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Paulo Octávio, em primeiro lugar, gostaria de dizer também das minhas preocupações com esses temas que V. Ex^a aborda hoje em seu pronunciamento nesta Casa. Qualquer Governo que tenha um mínimo de competência técnica tem que procurar trilhar o seu caminho em cima dessas variáveis que fazem com que o País possa ser comparado internacionalmente. Na área social, temos o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, que precisa melhorar – o Brasil está muito mal colocado nesse índice. Na área de educação, temos também os exames internacionais em que o Brasil normalmente ocupa os últimos lugares do ponto de vista de qualidade da sua educação. Nesse pronunciamento de V. Ex^a, temos a questão da competitividade global, o que permite a um País ter um crescimento estável, um ritmo de crescimento que se possa prever para o futuro. Ocorre que, no nosso País, o Presidente Lula – que é o mais megalomaniaco do Governo – sempre diz que o Brasil vai crescer 5%, 6% ao ano. É o chamado espetáculo do crescimento. E esse espetáculo não vem. No início do ano, fala-se em crescimento de 4%; vêm o Ipea e o Banco Central dizendo que será 4%; o mercado diz que será 3,8%. Depois vai caindo, caindo. Perto do final do ano, o mercado já começa a dizer que vai ser menos de 3%. É o que acontece agora. Quer dizer, o mercado já está vendo que o Brasil não vai crescer mais que 3% este ano. No ano passado, crescemos 2,3%. No primeiro ano do Governo Lula, praticamente não houve crescimento. O País caminha de forma a ser cada dia menos forte; ao contrário do que ocorre com outros Países que estão aproveitando este momento bom do comércio internacional, do desenvolvimento mundial. O mundo vai crescer, este ano, 5%. Nós vamos crescer menos de 3%. É um absurdo! Um País em desenvolvimento tem que crescer mais do que os Países desenvolvidos. Esse índice de competitividade global mediu muito bem, diga-se de passagem. Nós, brasileiros, estamos vendo que o que piorou no Brasil foi, primeiramente, o gasto do Governo. O Governo Federal, no ano passado e principalmen-

te neste ano eleitoral, ampliou muito os seus gastos correntes para fazer política com esse dinheiro; todos os programas que poderiam trazer votos tiveram seus recursos duplicados, triplicados. Foram bilhões de reais mal aplicados em sua maioria. Então, o Governo tem que melhorar a qualidade do gasto público, mas essa não é uma preocupação que este Governo demonstrou. Em relação à corrupção também notou-se o que todos no Brasil viram: que o índice de corrupção nos Governos sempre existiu. Não vamos negar que outros Governos tiveram problemas de corrupção – não só aqui no Brasil, em qualquer lugar do mundo –, mas não corrupção generalizada, sistêmica, como neste Governo, em que aparece um escândalo por dia. No meu computador, Senador, tenho uma relação que circula pela Internet, dos cem maiores escândalos do Governo Lula. Vivo atualizando. Não aumento o limite de cem; tiro um e coloco outro. Toda semana tenho que tirar dois escândalos, que já são pequenos comparados com os atuais, e insiro dois novos. Eu pensava que agora, na semana eleitoral, não haveria mais escândalos para adicionar. Pensei que o último seria o das cartilhas. Mas, depois do das cartilhas, veio o do dossiê, que é um dos mais graves porque implica uma atividade criminosa, aliás mais de uma atividade criminosa. Na realidade, estão comprando um dossiê contra os adversários, o que na realidade é um jogo sujo na campanha. Em segundo lugar, há dois petistas de quarto escalão com R\$ 1,75 milhão em dinheiro. V. Ex^a, que é empresário, sabe que não é fácil andar com essa quantia no bolso, mesmo para quem tem esse dinheiro. Mesmo um rico que tenha R\$10 milhões no banco não vai conseguir tirar R\$ 1,75 milhão e andar com esse valor numa mala. Ou seja, isso é crime. Há organização criminosa funcionando, mas, infelizmente, não se chega à autoria. O Presidente Lula pode dizer, quando quiser, porque ele sabe quem foi porque são os amigos dele que fizeram isso. É só chamar esses caras lá, promover um churrasco e perguntar a ele onde foi que arranhou esse dinheiro. A população brasileira quer saber isso antes da eleição. É muito importante que essa informação chegue a toda a população brasileira antes da eleição. Até sugeriria que o Presidente Lula comparecesse ao debate e aproveitasse para dizer de onde veio esse dinheiro. Porque, depois do debate, não há mais campanha eleitoral; de forma que não se poderá usar isso na campanha. A campanha eleitoral acaba antes do debate. Então, ele diz no debate, e todos ficamos sabendo. Aí a população poderá decidir melhor o seu voto. Creio que V. Ex^a tem absoluta razão. Essas organizações internacionais sabem ver as coisas. O Brasil piorou nove posições devido à piora na qualidade do gasto público – é verdade, sabemos

disso aqui também – e porque aumentou a corrupção – o que é mais do que verdade, sabemos disso também. Muito obrigado.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Meus cumprimentos ao Senador José Jorge, que mostra, nesse aparte, conhecimento profundo do Brasil, além do preparo e da qualificação para ser efetivamente nosso Vice-Presidente da República.

É triste. No momento em que toda a campanha do candidato a presidente é baseada em economia, é bom mostrar ao Brasil o caderno de economia de um jornal importante como **O Globo**, que publica que tudo o que está sendo dito é balela: o Brasil está perdendo posições. O crescimento que eles apresentam de 2%, 3%, 4% do Brasil é muito aquém de todos os Países emergentes. O Brasil cresce menos do que vários Países da América Latina. O Brasil está crescendo muito menos que os Países asiáticos, que estão crescendo 10%, 11% ao ano. Nós aqui estamos crescendo 3% e achando que descobrimos a pólvora; achamos que estamos em um crescimento extraordinário. É isso o que acontece, Sr. Presidente Marco Maciel. Estamos mal informados. O mundo todo tem uma onda de crescimento global que beneficiou todos os países. O Brasil cresceu naturalmente nos últimos três anos; mas cresceu em números bem menores do que todas as outras economias. Esta matéria de hoje mostra a realidade: o Brasil andou para trás; o Brasil cresceu ao inverso; demos um passo para trás em vez de crescer para frente.

É triste porque isso reflete no futuro, isso reflete no Brasil. Quando o Brasil torna-se menos competitivo, todos os investimentos que poderiam estar entrando no Brasil vão para outros países, o que é ruim para as futuras gerações.

Em relação à carga tributária, essa não pára de crescer, atingindo mortalmente a nossa capacidade de viver, de crescer, de respirar, de nos desenvolver em todos os níveis.

Recentemente, fiz um pronunciamento desta tribuna a respeito da minha proposta para a criação do imposto cidadão, que foi batizado de imposto único – tema de Proposta de Emenda à Constituição que apresentei em março de 2003 e que tramita ainda hoje na Comissão de Constituição e Justiça, aguardando somente parecer do nobre Senador Jefferson Péres.

Neste mesmo pronunciamento, volto a denunciar os malefícios do sistema tributário brasileiro que, diga-se de passagem, todos criticamos, mas aceitamos.

É um sistema anacrônico que cria esse tipo de monstro comum na política brasileira, como caixa dois, três ou quatro. Um sistema em que o Governo finge que cobra e os sonegadores fingem que pagam,

pois a arrecadação mesmo, o Poder Público vai buscar apenas junto aos assalariados.

Cumprimento todos esses jovens que estão aqui nos visitando hoje. Muito obrigado pela presença de vocês aqui. Parabéns!

O Portal Tributário fez um levantamento e nos dá conta da existência de 74 tributos diferentes, entre impostos, contribuições, taxas e outros tipos de contribuições.

Mas o que me traz novamente ao tema é a reportagem que acabo de mencionar aqui. A matéria de **O Globo** analisa, em detalhes, uma pesquisa do IBPT, onde é mostrado que a carga tributária, em alguns Estados, teve aumento de 21% nos últimos anos, entre 1999 e 2005. Em valores absolutos, a arrecadação dos Estados foi de R\$ 67 bilhões, em 1998, e de R\$ 173 bilhões, 7 anos depois. Veja que absurdo, Presidente Marco Maciel: R\$ 173 bilhões!

Segundo o texto da reportagem, assinada pelo jornalista Aguinaldo Novo, “na esteira das privatizações, os governadores aproveitaram para criar ou elevar tributos, preferencialmente em três setores: energia elétrica, comunicações e petróleo”.

Ainda, segundo a reportagem: “na média do País, estes três itens – energia, comunicações e petróleo – representavam 30% da arrecadação total de ICMS em 1998, o equivalente a R\$ 18 milhões”.

No ano passado, o peso desses três itens cresceu para 41,79% (R\$64,690 milhões) – ou seja, uma alta de 35,1% só no ano passado.

A reportagem de **O Globo** mostra ainda que foi na região Sudeste onde a carga tributária teve crescimento menor, de 13,54%.

Na região Centro-Oeste, onde vivemos, o crescimento foi de 41,84%. Em São Paulo, a variação no período pesquisado foi de 8,39%.

De acordo com o Presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT, Sr. Gilberto Luiz Amaral, o Estado de São Paulo “acordou para a guerra fiscal a partir de 2003”. De lá até hoje, o ex-Governador Geraldo Alckmin, nosso candidato à Presidência da República, editou 44 medidas de desoneração de impostos.

Veja que coisa impressionante: 44 medidas que diminuem os impostos! Quero aqui cumprimentar, Senador José Jorge, o candidato Geraldo Alckmin, que editou 44 medidas no Governo de São Paulo, desonerando a carga tributária. Veja que sensibilidade teve o Presidente Geraldo Alckmin! E foi o único Estado que fez isso.

Todos sabemos que a carga tributária é um empecilho ao crescimento da economia brasileira e um entrave ao desenvolvimento e à distribuição de renda.

Outra informação estupefaciente da reportagem é a carga tributária nas três esferas de Governo: federal,

estadual e municipal. No primeiro semestre deste ano, bateu em 39,41% do PIB contra 39,16% no mesmo período de 2005, o que significou um recorde histórico.

Por último, Sr. Presidente, há na reportagem um **box** com o título de **Impostômetro**, mostrando que “o contribuinte brasileiro já pagou R\$600 bilhões – repito, R\$600 bilhões!!! – em impostos federais estaduais e municipais e até o final do ano deverá pagar algo em torno de R\$800 bilhões contra R\$731 bilhões em 2005.

Oitocentos bilhões, nós, contribuintes brasileiros, vamos pagar agora neste ano de 2006. São números extraordinários que nos fazem refletir muito sobre o assunto.

As páginas de economia de **O Globo** de hoje – como se o jornal estivesse dando continuidade à reportagem sobre carga tributária – mostram que o Brasil está menos competitivo do ponto de vista econômico no **ranking** mundial.

O Relatório de Competitividade Global 2006-2007, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, mostra o que já falei aqui: o Brasil caiu nove posições, enquanto países como Costa Rica, Jamaica, República Dominicana, Paquistão, Bolívia e Camboja, dentre outros, elevaram seus índices de competitividade.

Com a perda de nove posições, o Brasil manteve-se na lanterna entre as quatro economias emergentes com maior potencial de crescimento. O ambiente para negócios no Brasil piorou drasticamente em função da crise política – alimentada pelos gastos públicos e pela corrupção, o que transforma o Estado brasileiro em “obeso e ineficiente”. Obeso e ineficiente!

Então, Sr. Presidente, este é o clima desanimador – desanimador! – em que se encontra a economia brasileira: aumentos constantes da carga tributária, falta de crescimento econômico e falta de competitividade de nossas empresas no mercado mundial.

Por todos esses motivos é que vejo como uma necessidade histórica um debate mais aprofundado sobre o futuro do nosso País, com a realização – e aí que é importante – de um segundo turno. É fundamental neste momento o Brasil ter tempo para refletir. É o momento de refletir sobre dossiê, sobre esses dólares encontrados, sobre a diminuição da competitividade. E é importante um debate firme entre Geraldo Alckmin e Lula. O Brasil quer saber o pensamento dos dois.

É crucial! Por isso faço um apelo ao povo brasileiro para que, efetivamente, compareça. O Senador Marco Maciel, que preside esta sessão, já fez este pedido: Brasileiros compareçam para votar.

Vamos votar, mas, principalmente, vamos refletir sobre a necessidade de termos no Brasil o segundo turno, para que o Presidente Lula e o candidato Geraldo

Alckmin possam debater o futuro do nosso País, com seriedade, com compostura, com honestidade.

É isso que a sociedade brasileira quer e espera dos dois candidatos.

Concedo, com muita satisfação, o aparte ao Senador Marcos Guerra.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador Paulo Octávio, V. Ex^a ontem fez um aparte quando que eu estava presidindo a sessão e tocou no mesmo assunto de extrema importância: o segundo turno. O País passa por um momento que considero crítico: enquanto outros Países emergentes estão crescendo, o Brasil, que também é um País emergente, está ficando na lanterna do crescimento. Têm acontecido vários escândalos, dos quais, infelizmente, a população não está dando conta devido às eleições para Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador e Presidente da República. Acredito, Senador, que o segundo turno vai dar oportunidade à população de realmente optar pelo melhor. Hoje lamento. Digo aqui, até como líder empresarial, que não posso admitir que um Presidente da República, com tantos fatos acontecendo à sua volta, não saiba de nada. A população realmente precisa participar daqui para frente, no segundo turno, ouvindo debates entre os dois candidatos, para, a partir daí, ter uma definição que levará o Brasil à frente. Lamento pelo pífio crescimento do Brasil. Hoje, alguns segmentos, principalmente aqueles que empregam mão-de-obra de forma intensiva, tais como: de confecção, de vestuário, de móveis, do agronegócio, enfrentam sérios problemas. Infelizmente, o Governo do Brasil não tem dado a atenção que esses segmentos merecem. Parabenizo V. Ex^a pelo seu pronunciamento e, mais uma vez, afirmo a importância do segundo turno, quando, então, os principais candidatos partirão para o debate e assumirão, ou não, a responsabilidade por alguns atos que estão sendo cometidos no Brasil. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Obrigado, nobre Senador Marcos Guerra.

Quero realçar o que comentei no meu pronunciamento, quando V. Ex^a não estava presente. O candidato Geraldo Alckmin foi o único Governador, dentre todos dos Estados brasileiros, que tomou medidas para reduzir a carga tributária. Ninguém mais teve essa coragem.

S. Ex^a foi o único Governador de Estado brasileiro que teve a coragem de tomar medidas reduzindo a carga tributária, que é inibidora do nosso crescimento, que leva o Brasil para fora da competitividade global, de que tanto necessitamos.

Por isso, é importante essa reflexão. Ninguém sabe disso. Talvez, se fizermos uma pesquisa hoje, descobriremos que ninguém sabe quem foi o Governador que teve coragem de reduzir carga tributária. Foi Geraldo

Alckmin. Nós sabemos aqui, mas o povo não sabe. E é importante levar essa informação à população brasileira, o que faço agora na tribuna do Senado Federal.

Muito obrigado, Senador Marco Maciel. E cumprimento V. Ex^a. Hoje dei uma entrevista ao **Correio Braziliense** e tive a ousadia de mencionar o seu nome como uma das pessoas que muito colaboraram para o entendimento no Distrito Federal, com um gesto de desprendimento político, de humanismo, um gesto de conciliação e de busca de preocupação e responsabilidade social com a cidade e com o Brasil.

Aprendemos muito com V. Ex^a, e eu, particularmente, tenho muita gratidão por seus conceitos. É oportuno, justamente hoje, quando foi publicada a minha entrevista no **Correio Braziliense**, poder ter V. Ex^a presidindo a sessão do Senado Federal.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Octávio, o Sr. João Batista Motta, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Nobre Senador Paulo Octávio, quero cumprimentá-lo pela entrevista e dizer que V. Ex^a deu uma grande contribuição ao entendimento político que se realizou no Distrito Federal e que certamente será reconhecido nas urnas do próximo dia 1^o.

Cumprimentos a V. Ex^a pelo trabalho que realiza aqui e que certamente vai realizar posteriormente no Executivo do Distrito Federal.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta, da representação do Espírito Santo no Senado Federal.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, saudoso ex-Vice-Presidente deste País, homem brilhante da grande terra que é Pernambuco; Sr^{tes} e Srs. Senadores, quero usar esta tribuna para fazer um apelo ao povo brasileiro para que medite sobre alguns erros que nós, eleitores, já cometemos no passado. Quem não se lembra da eleição de Collor, oportunidade em que o povo brasileiro deixou de votar em Mário Covas, talvez o segundo homem deste País, depois de Juscelino, nos últimos tempos? Eu queria que o povo brasileiro não se esquecesse disto: deixamos de votar em Mário Covas para votar em Lula e Collor; depois, elegemos Collor. De lá para cá, vejamos o que vem acontecendo com o nosso País.

Neste momento, o Brasil vive um momento ímpar, uma oportunidade muito grande de escolher aqueles que têm condições de conduzir um País da dimensão do nosso.

Vejam bem: o nosso candidato a Vice-Presidente quem é? Um professor universitário, graduado em universidades do mundo; um homem que se formou em engenharia; um economista; um homem que foi Ministro, sem alardes e com muita competência; um homem que foi Deputado Federal por vários e vários anos e que hoje é um Senador que orgulha esta Casa e o País. Refiro-me ao Senador José Jorge, de quem todos nos orgulhamos por tê-lo nesta Casa.

O candidato a Presidente evidentemente dispensa apresentações: um homem que, aos 22 anos, ocupou a Prefeitura do seu Município e fez uma grande administração – é lembrado até hoje; um médico que honrou a sua profissão e é querido entre os seus colegas; não foi médico apenas de fachada, foi um excelente profissional, principalmente para a população mais pobre; foi Deputado Federal e exerceu o mandato de maneira ímpar, como todo o País sabe; foi, depois, Vice-Governador, amigo sincero e companheiro de todas as horas do grande Mário Covas, como já falei aqui; Governador de São Paulo – e que governador! Brasileiros, procurem saber as condições das estradas e dos hospitais de São Paulo; a luta que esse Governador travou combatendo a corrupção, combatendo a violência em seu Estado, enfrentando cara a cara, investindo maciçamente para combater a violência.

Porém, não se trata de um projeto para um Estado. Bandido de São Paulo, quando combatido lá, vai para o Rio de Janeiro; quando combatido no Rio, vai para o Espírito Santo; quando combatido no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e São Paulo, vai para Minas Gerais; e por aí afora. Precisa-se de uma política nacional, precisa-se de uma política exercida por um presidente que tenha pulso, que saiba administrar, que tenha experiência administrativa, que tenha currículo para comandar as diretrizes de um país como o Brasil.

E o Geraldo Alckmin e o José Jorge o que estão querendo, Sr. Presidente? Estão querendo exatamente que o dólar seja valorizado diante do nosso real, para que o brasileiro possa exportar, para que possamos gerar emprego aqui no Brasil, não na China! O nosso Presidente atual não tem condições de enxergar sequer isso.

O que querem José Jorge e Geraldo Alckmin? Querem gerar emprego no Brasil. O que querem mais? Querem menos impostos. O Geraldo já fez isso em São Paulo. Vejam o currículo do homem! Geraldo Alckmin e José Jorge sabem que o Brasil precisa de menos burocracia. Ninguém suporta mais a burocracia brasileira!

Um caminhoneiro que se desloca do Espírito Santo para Belém do Pará ou para Recife tem que parar em vinte ou trinta barreiras, humilhado por todos os fiscais onde pára. Esse cidadão não tem prazer de ser brasileiro nem tampouco de votar em ninguém. Isso tem de acabar. Se não há “Mercobrasil”, para que Mercosul? Para quê? Que o diabo o carregue! Precisamos ter liberdade primeiro aqui dentro deste País!

O que eles querem com isso? Eles querem o crescimento econômico, eles querem uma agricultura forte, eles sabem o que está sofrendo o homem do campo. Um Presidente sem currículo não tem condições de enxergar essas coisas. Eles querem melhores estradas. Eles querem melhores portos. Eles querem combater a corrupção.

Senador Marco Maciel, que imagens vemos na televisão no dia-a-dia? São membros do PT e do Governo sendo presos nos camburões e nos aeroportos, ora com dinheiro nos hotéis para comprar dossiê, ora com dinheiro na cueca, dizendo que venderam verduras, ora pegando 50 milhões emprestados no Banco Rural – aliás, não pegaram coisa nenhuma, é mentira, foi uma maneira de acobertar o pagamento da compra de meia-dúzia de parlamentares desonestos que se venderam ao Governo Federal.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Perfeitamente, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Motta, em primeiro lugar, agradeço-lhe os elogios que V. Ex^a fez, mas penso que a parte mais importante do pronunciamento de V. Ex^a não é a dos elogios, mas a de suas considerações em relação à atuação do Governo do Presidente Lula. A organização internacional que classificou, quanto à competitividade internacional, o Brasil algumas posições para trás o fez por conta, em primeiro lugar, do aumento e da má qualidade do gasto público no Brasil e, em segundo lugar, da corrupção. Hoje, a corrupção no Governo é sistêmica. Não é uma “corrupçãozinha” nesse ou naquele ministério, é uma corrupção que envolve todo o Governo, assessores do Presidente, do Partido, enfim, tudo e todos. Para nós, que estamos mais perto, o que irrita neste Governo, mais do que a corrupção, é a mentira. Temos que admitir que apenas uma em cinco ou dez operações é descoberta. Quer dizer, deve haver muitas operações como a do dossiê ou a do dólar na cueca. Quantos outros dólares foram transportados na cueca e não foram descobertos? Quantas operações desse tipo foram feitas e não foram descobertas? Mas, quando é descoberta, o que mais irrita é a mentira. Em vez de reconhecer e punir, o que o Presidente Lula faz? Passa a mão na

cabeça: é o “nosso Delúbio”, são “os meninos”. Sempre são tratados com carinho aqueles que não cumprem o que deveriam cumprir. E o Governo sempre procura dar uma desculpa para conseguir caracterizar como um crime menor. Quando se praticou o crime do mensalão, disseram que não era mensalão, mas caixa dois. Com relação à compra de dossiê, dizem que é caixa dois, que é crime eleitoral. Na realidade, tudo isso é crime. Então, se essa pesquisa sobre a competitividade internacional levasse em conta a mentira – leva em conta a corrupção, mas não a mentira –, tenho certeza de que o Brasil não teria caído apenas nove posições, mas umas vinte. Nunca vi um governo contar tanta história que não seja verdadeira. Vou citar exemplos ocorridos na campanha eleitoral. Primeiro, publicaram a foto de uma refinaria de Pernambuco que não existe; está prevista, porém não há nenhum tijolo colocado lá. Em segundo lugar, o Presidente visitou a ONU, onde fez um discurso burocrático, num dia difícil para ele, porque foi exatamente quando se descobriu a compra do dossiê. Ele foi para Nova York, mas imagino que sua cabeça tenha ficado aqui administrando isso. Ele fez um discurso, em português, evidentemente, que não causou maior entusiasmo a ninguém. Ninguém aplaudiu seu discurso; ele terminou burocraticamente. Dois ou três discursos depois falou Kofi Anan, Secretário-Geral da ONU, que está saindo da Organização. Kofi Anan, com seu discurso de despedida, foi aplaudido por todo o plenário de pé. O que o programa eleitoral do Presidente Lula fez? Exibiu o discurso de Lula proferido naquela ocasião e o aplauso a Kofi Anan, como se Lula tivesse sido aplaudido de pé na ONU. É uma burla ao eleitor. Lula não foi aplaudido sentado e nem de pé. Tudo bem, não era importante que ele fosse aplaudido de pé, nada disso. O importante aí é a mentira, o engodo, utilizar-se do programa eleitoral para mentir, para dizer uma coisa que não aconteceu. Isso é muito grave, pois o programa eleitoral é feito para que se diga a verdade. Infelizmente, o Presidente Lula não está dizendo a verdade em seu programa eleitoral. Mais do que a corrupção, acho que este Governo se caracteriza por sempre inventar histórias que não são verdadeiras. Muito obrigado.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)
– Agradeço, de coração, o aparte do Senador José Jorge.

Continuando, quero dizer que a Justiça mandou prender os criminosos no caso da compra do dossiê, mas eles não foram presos. A alegação é de que a lei protege o período pré-eleitoral, o que equivale a dizer que a lei quer proteger as eleições. O que tem a ver com isso a prisão de pessoas que cometeram o crime antes do período proibitório? Acho que não tem nada

a ver uma coisa com a outra. Deviam estar presos, prestando esclarecimentos, para se evitar que amanhã, se porventura o Presidente Lula for reeleito, ele tenha que enfrentar, talvez, um **impeachment** após a sua reeleição, caso o esclarecimento desse crime chegue às portas do Palácio. Seria bom que isso fosse esclarecido antes.

É um alerta que faço ao povo brasileiro, principalmente ao povo do meu Estado que não vê campanha nas ruas, pois não tem campanha no interior deste País, onde só há campanha do Presidente, porque se trata de uma reeleição, e há cargos comissionados espalhados em todos os rincões do País, e a Oposição, evidentemente, aquela Oposição que é séria, que não tem dinheiro para jogar fora, para gastar horrores em suas campanhas, fica aliada de poder exercer o direito de fazer campanha.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o povo que está nos ouvindo neste momento tem que ficar alerta quanto àquilo que deve fazer no dia das eleições: votar em quem tem currículo perfeito, em homens ilibados, homens sérios, homens direitos ou votar em quem não tem currículo? Ou votar em quem não teve condições de conduzir este País? Votar só porque ele se diz pobre, defensor dos pobres? Não! Que o brasileiro fique acordado, porque aqui no Brasil temos nada mais nada menos que um Hugo Chávez. Temos aqui alguém populista, incapaz de conduzir um país da grandeza do Brasil, com as riquezas que possui. Com tantos pobres, tantos miseráveis, tanta falta de educação, tanta falta de saúde, os governos só se preocupam em cobrar cada vez mais tributos e mais impostos para realizar obras que não nos levam a absolutamente nada, porque o que é importante não se faz.

Presidente Marco Maciel, todos os nossos portos estão sucateados, todas as nossas estradas estão acabadas e ninguém pode viajar por elas porque os assaltos são constantes. A violência atingiu patamares jamais vistos na nossa história. E isso vai continuar assim? É isso que o brasileiro quer para os filhos, para os netos? Não é possível! Acho que, neste momento, o brasileiro tem a responsabilidade, mais do que nunca, de levar este País para mãos boas, mãos sérias, de gente que tem competência de conduzir um país como o Brasil, que sinta amor, carinho pelos produtores nacionais, seja pelos que produzem soja, feijão, arroz e milho, seja por aqueles que produzem roupas, calçados, seja por aqueles que produzem automóveis, eletrodomésticos. No Brasil, temos que pôr na cabeça que temos que remunerar bem a produção, temos que fazer como os países europeus têm feito: remunerar bem a produção e, depois, dar um salário compatível para que o cidadão possa usufruir de tudo de bom que o nosso País produz. É essa a política

que este País necessita. Precisamos de uma reforma política – sobre a qual não vou falar hoje – de envergadura, uma reforma tributária de envergadura. Precisamos acabar com a burocracia. Temos que enfrentar, que ter coragem, que arriscar nosso mandato, mas temos que fazer força para que este Brasil encontre os seus verdadeiros caminhos, aquilo que o povo mais necessita, porque, do jeito que a coisa anda, não há mais para onde ir. O abismo está à nossa frente e bem mais perto do que podemos imaginar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador José Jorge, da representação de Pernambuco no Senado Federal, por 20 minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a megalomania do Presidente Lula parece não ter limites, em especial quando se vê acossado por denúncias envolvendo pessoas muito próximas, como ocorreu nos casos do mensalão, dos sanguessugas e, agora, no chamado **dossiegate**.

Ele diz exatamente o seguinte: “Nunca antes se fez tanto neste País, sobre qualquer coisa”. Vem agora dizer que traição igual a que ele sofreu só a de Tiradentes e a de Cristo.

Deixando de lado a impropriedade histórica ao se comparar com a figura do mártir Tiradentes e o sacrilégio de tentar ombrear-se com o Filho de Deus, a lógica do Presidente Lula demonstra-se incoerente com os fatos que tenta camuflar.

No “Painel do Leitor” da edição de hoje da **Folha de S. Paulo**, há trecho de uma interessante carta do Sr. Jaert Jacó Sobanski – não o conheço –, que, a meu ver, sintetiza muito bem essa inconsistência da lógica lulista diante dos fatos.

“Os traidores de Cristo e de Tiradentes visavam benefícios próprios. O primeiro [o traidor de Cristo, Judas], pôr dinheiro no bolso [os chamados trinta dinheiros]; o segundo, a tranquilidade de não ser sentenciado”. Quer dizer, ele não queria ser preso.

“Os pseudotraidores de Lula, diferentemente, arriscaram suas cabeças procurando exclusivamente o benefício do presidente. Não são traidores; são amigos do peito. Ao repudiá-los, o presidente revelou-se ingrato. E, se sabia, ele é que traiu os amigos”.

São situações, Senador Marco Maciel, completamente diferentes. Quando alguém trai o outro, o faz em benefício próprio, como ocorreu no caso citado pelo Presidente Lula. Na fato específico, essas pessoas ditas

traidoras não foram traidoras, mas companheiros que tentaram ajudá-lo; certamente, se tivesse dado certo, o Presidente Lula estaria muito feliz com eles. Então, se alguém traiu, foi o Presidente Lula, que está traindo essas pessoas que se meteram nesse imbróglio.

O Sr. Jaert tem toda razão. Algumas das acepções para o verbo trair, segundo o Dicionário Houaiss, são: “iludir, enganar por traição, atraiçoar, demonstrar infidelidade a, abandonar de maneira traiçoeira, deixar de cumprir uma promessa ou compromisso, deixar de corresponder à expectativa”.

Os pseudotraidores de Lula, de fato, não se encaixam em qualquer uma dessas definições, porque não são traidores. Estavam cumprindo missões partidárias ou missões de interesse da campanha do Presidente da República. De repente, como se diz no jargão policial, a casa caiu.

Um dos trechos das mensagens trocadas por telefone entre o detido na Polícia Federal, Valdebran Padilha, e o então diretor do Banco do Brasil – dois petistas – foi o seguinte: “Estou na Polícia Federal de São Paulo. Me ajude”. Se pediu ajuda, tinha certeza de que alguém de cima poderia intervir e liberá-lo.

Quando do escândalo do mensalão, ao ver-se envolvido em atos criminosos praticados por companheiros, o Presidente Lula veio a público dizer que estava sendo traído, mas negou-se a dizer por quem. Quando somos enganados, nossa reação natural é denunciar os fatos reais e as pessoas, para que a verdade se estabeleça. Com Lula, não foi assim. Nunca disse quem era o traidor e não afastou ninguém de seu Governo. Os que saíram o fizeram por espontânea vontade, alguns deles recebendo afagos públicos de Sua Excelência.

Recentemente, o ex-Presidente do PT José Genoino, um dos denunciados pelo Procurador-Geral da República, encontrou-se na surdina com Lula no Palácio do Planalto – dentro do Palácio do Planalto. José Dirceu e Delúbio Soares, segundo a imprensa, continuam atuantes e ativos no Governo Lula e são peças importantes na campanha da reeleição. Verdadeiros traidores não têm tratamento *VIP*. Os que são realmente traídos querem distância de pessoas tão abjetas.

No escândalo do dossiê para prejudicar as candidaturas de Alckmin e Serra, o Presidente elegeu diletos companheiros, para, de novo, servir como fusíveis e serem descartados, evitando que a crise caísse no colo de Lula.

O sempre amigo Deputado Ricardo Berzoini, atual presidente do Partido dos Trabalhadores e ex-ministro de Lula, foi escalado para ser o boi de piranha. Ele já tinha uma ficha corrida de bons serviços ao PT e a Lula e recebeu o encargo de ser “o chefe dos meninos aloprados”.

Aliás, em relação ao Deputado Berzoini, penso que haja uma incoerência nessa decisão de tirá-lo do comando da campanha. Senador Marco Maciel, se o Deputado Ricardo Berzoini, por ter cometido uma irregularidade, um crime de tentativa de compra ou de participação na compra de um dossiê com dinheiro vivo, R\$1,75 milhão – que não é pouco dinheiro; não é R\$1 mil, nem R\$2 mil, é R\$1,75 milhão –, não serve para ser coordenador da campanha do Presidente Lula, por que deverá servir para ser presidente do PT?

Das duas, uma: ou ele é inocente – o que confesso que não é – ou isso não é importante, e ele pode continuar exercendo as duas funções, de presidente do PT e de coordenador da campanha do Presidente. Se ele não serve para coordenador da campanha do Presidente, servirá para presidente do PT? Quer dizer, alguém que comete uma irregularidade, alguém que comete um crime pode presidir o PT? É esse o raciocínio? É isto que está ficando claro para o povo brasileiro: não serve para uma coisa, mas serve para outra.

Um homem íntegro reagiria com veemência ao sofrer uma acusação de prática criminosa que não cometera, mas Berzoini resumiu-se a declarar: “Se Lula falou, está falado”. Um pseudotraidor não seria mais cordato.

Se há algo que se deve reconhecer nas hostes petistas é a disposição para a auto-imolação, uma atitude quase suicida, em prol da preservação do poder lulista, no estilo dos homens-bomba do Oriente Médio, nem que essa fidelidade canina redunde numa ordem de prisão, como aconteceu ontem contra seis fiéis seguidores de Lula.

A Justiça Federal de Mato Grosso mandou prender os petistas Valdebran Padilha, Gedimar Passos, Jorge Lorenzetti, Oswaldo Bargas, Expedito Veloso e o pau-para-toda-obra de Lula, Freud Godoy. Só faltou Ricardo Berzoini. Foi pedida prisão para todo o resto – o Procurador pediu e o Juiz concedeu.

O mais interessante, Sr. Presidente Marco Maciel, foi a declaração do Sr. Geraldo Pereira, Superintendente da Polícia Federal do Mato Grosso, que disse o seguinte sobre as prisões: “Entendemos que essas pessoas não estão dificultando a investigação, o que denota que a gente comprova que determinadas pessoas estão pegando carona na nossa investigação; querem apenas criar fatos e talvez até tumultuar nossa investigação”.

Ora, ele disse isso na televisão. Eu o ouvi. É a primeira vez, Sr. Presidente, que vejo um delegado da Polícia Federal não querer que se prendam os criminosos. Os Srs. Valdebran Padilha e Gedimar Passos, os dois, foram presos em São Paulo num hotel com R\$1,75 milhão, *cash*, em real e – o que é mais grave ainda – em dólar. Todos sabem que dólar não é a mo-

eda do País e que é proibido andar com dólar no bolso. Mas eles não estavam com o dinheiro no bolso, não. O dinheiro estava numa mala, porque R\$1,75 milhão não cabe numa malinha 007; só cabe em mala de viagem, dessas malas que se despacham no avião. Então, eles estavam com esse dinheiro todo.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador Marcos Guerra.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – V. Ex^a está comentando o assunto acerca do R\$1.750.000,00. Para mim, qualquer cidadão que anda com R\$10 mil no bolso, em dinheiro vivo, já é suspeito. Atualmente, a facilidade de se transferir recursos de lá para cá é muito grande: TED, ordem de pagamento, transferência via computador, essas coisas todas, não é? No entanto, uma pessoa é pega com R\$1.750.000,00, e ainda não se descobriu a origem do dinheiro. Portanto, eu chamo a atenção para o fato de que, acima de R\$10 mil, é muito dinheiro para um cidadão transportar na mala, a não ser quando viaja para o exterior. E se quiser carregar US\$4 mil ou US\$5 mil tem que declarar. Fora isso, ele passa a ser um cidadão suspeito. A não ser que saia da empresa para fazer um pagamento com duplicatas ou algo mais, com o dinheiro já teleguiado. Mas viajar de avião ou se hospedar em hotel, ele passa a ser um cidadão suspeito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O que eu estranho é a declaração do Superintendente da Polícia Federal. Não sei se V. Ex^a estranha também. Porque, se ele é o Superintendente da Polícia Federal, a Polícia Federal está fazendo a investigação a passo de tartaruga, exatamente para que fique para depois da eleição. A grande idéia é não descobrir nada antes da eleição, o que, a meu ver, mela a eleição. O Presidente Lula tem a obrigação de, independentemente da Polícia Federal, dizer de onde veio esse dinheiro.

Sua Excelência é amigo de todas estas pessoas: Valdebran Padilha; Gedimar Passos; Jorge Lorenzetti, churrasqueiro do Presidente há mais de 20 anos; Oswaldo Bargas, que, na eleição passada, também participou de um grupo de contra-informação para montar denúncias contra adversários; Expedito Veloso, que é Diretor de Risco do Banco do Brasil – imaginem, em qualquer banco do mundo, até um tamborete, um banco pequeno, o diretor de risco é um técnico, o técnico mais conceituado do banco, porque é quem vai dizer para quem o banco deve emprestar ou não –; e Freud Godoy, uma espécie de segurança, o faz-tudo de Lula.

O Presidente Lula, portanto, não precisa da Polícia Federal para investigar de quem era esse dinheiro. Sua Excelência tem de chamar essas pessoas lá e dizer:

“Venham cá, vocês estão metidos nisso. Vocês foram pegos com o dinheiro. Não tenho o que dizer ao povo brasileiro. Vocês foram pegos com R\$1.750.000,00 no bolso e na mala. Faltando uma semana para a eleição, ninguém pode votar sem saber de onde veio esse dinheiro. Então, vocês têm de me dizer para eu dizer ao Brasil. Vou convocar uma entrevista coletiva para sexta-feira”.

O Presidente Lula não quer que a Oposição use isso na campanha. Tudo bem. A campanha acaba na quinta-feira, com um debate na TV Globo. Sua Excelência vai ao debate e anuncia que, na sexta-feira, vai dizer de onde veio o dinheiro. Que coloque todos eles sentados, não precisam ser presos. Valdebran, Gedimar, Jorge Lorenzetti, Osvaldo Bargas, Expedito Veloso e Freud Godoy são pessoas de Lula. Que o Presidente os chame no comitê central da campanha e expliquem ao Brasil e ao mundo de onde veio esse dinheiro.

Se Sua Excelência fizer isso, até que merece que alguns brasileiros que têm admiração por ele votem nele; se não fizer, estará enganando o Brasil inteiro. Ele tem que dizer isso antes da eleição, sob pena de o pleito ficar **sub judice**, sob suspeita. Enquanto não disser isso, é o principal suspeito no caso. Porque é muito dinheiro. Dá para acreditar que um bando de segundo e terceiro escalão consegue mobilizar R\$1.750.000,00 em dinheiro? Isso é coisa de gente importante, de primeiro escalão, de Ministro, de Presidente da República. Não é para esse pessoal. Se dissessem que estavam com R\$10 mil no bolso, eu diria: “Tudo bem, eles têm condição”; R\$50 mil, R\$100 mil, tudo bem. Mas R\$1.750.000,00, não têm!

Portanto, o Presidente Lula, até anunciar de onde veio o dinheiro, é o principal suspeito. Como é que ele diz que vai mandar investigar? Não é ele que deve investigar. Quem deve investigar é o Poder Judiciário. Não é a Oposição nem os Partidos da Oposição. Quem tem que investigar é o Poder Judiciário, que realmente tem isenção para investigar, e não o Delegado da Polícia Federal, que está aborrecido porque prenderam os suspeitos. Suspeitos não, porque a maioria nem é suspeita; a maioria foi pega com dinheiro, foi pega em flagrante. Agora vem dizer que não podem ser presos por causa da eleição. Isso é um absurdo. A Lei Eleitoral foi feita para proteger o eleitor contra a perseguição política. Essas pessoas não têm que ser protegidas. Vamos supor que Fernandinho Beira-Mar fugisse da cadeia. Ele ia ficar solto até terça-feira? Ninguém poderia prendê-lo só por causa da Lei Eleitoral? Tem lógica essa lei? A lei é para proteger, mas não pessoas que andam com R\$1.750.000,00 no bolso. Eles foram presos em flagrante, com dinheiro no bolso.

A meu ver, eles deveriam ser presos, mesmo com essa lei.

Lula os chamou de “meninos alopados”. Chamá-los de “meninos alopados” não impressionou a Justiça, pois, como todos sabemos, de “meninos” não têm nada. São pessoas que ocupavam posições estratégicas no Governo Lula.

Um era Diretor do Banco do Brasil;outro, do Banco do Estado de Santa Catarina;um, redator do Programa de Governo de Lula;outros, tesoureiro e advogado do PT. Finalmente, o mais importante deles, o Secretário Particular de Lula, sobre o qual foram feitas todas as gestões no sentido de alijá-lo do escândalo devido à grande proximidade do Presidente da República.

Na verdade, o Sr. Freud Godoy é com quem ele se preocupa. Por quê? Porque Freud Godoy é aquele que faz ginástica com o Presidente, até no filme sobre a campanha, **Entreatos**, ele aparece. Quer dizer, é uma pessoa ligadíssima a Lula. E Gedimar Passos, no primeiro depoimento que prestou à Polícia Federal, antes de combinarem o depoimento – porque agora, com ele solto, o depoimento é todo combinado –, disse que quem deu a ordem para ele realizar essa operação foi o Sr. Freud Godoy. O Sr. Freud Godoy desmente. Mas, no momento do aperto, é que a pessoa diz a verdade. Se a pessoa está apertada, presa, a primeira tendência é dizer a verdade. Uma semana depois, já vai inventando uma história. Portanto, a história inicial é muito mais verdadeira do que a de hoje.

Como comentei ontem, para saber exatamente quem são os mentores desse crime, qual é a origem do dinheiro, quem são os corruptores e, agora, envolvidos num crime eleitoral que pode custar a reeleição de Lula, bastaria que Sua Excelência chamasse seus amigos e pedisse que revelassem as tramas ilícitas.

Como eu disse, basta o Presidente Lula convidar todos eles para irem ao Palácio. Sua Excelência poderia convocar uma entrevista coletiva, que pode ser na sexta-feira pela manhã. Um belo dia. A campanha eleitoral terá terminado, e o Presidente Lula poderá divulgar o que todos querem saber: de onde veio o dinheiro.

Se não o faz, é porque, com certeza, não interessa a Lula que os fatos sejam elucidados, pois isso pode deixar seu Partido e sua candidatura em situação ainda pior. Mas a verdade sempre aflora, e, no momento oportuno, a Justiça e a sociedade farão o julgamento devido.

Ao não se responsabilizar pelos atos de seus subordinados, chamando-os de “meninos”, Lula confirma sua incapacidade de formar um Governo competente e decente. Não é sem razão que, no guia eleitoral de ontem, ele prometeu que, se reeleito, teria uma equipe de

trabalho melhor. Pior também não poderia ser. Uma equipe pior do que a do atual Governo não poderia ter.

Vamos raciocinar. No início do Governo, ele tinha dois tripés: um no Governo e outro no Partido. O tripé do Governo era José Dirceu, cassado pelo Congresso Nacional; Luiz Gushiken, que se meteu em pelo menos cinco escândalos – o último foi o dos dois milhões de cartilhas, pagas e não impressas –; e o Ministro Antonio Palocci, que usou a máquina do Governo para quebrar o sigilo de um simples caseiro, e contou quinhentas mentiras para se livrar daquilo em que estava envolvido. Esse tripé do Governo foi destruído pela corrupção.

E existia um tripé no Partido, formado, primeiramente, por Genoino, que também teve que se afastar por estar envolvido no valerioduto, e que, inclusive, teve um irmão envolvido na questão dos dólares na cueca; o segundo tripé, Delúbio – desse não é preciso nem falar –, é talvez o mais notório; o terceiro, o Silvinho, que foi também afastado por estar envolvido no valerioduto, em nomeação de corruptos para cargo público e por receber também um Land Rover de uma empresa prestadora de serviços a Petrobras.

Na verdade, o Governo foi dizimado, tanto do lado do Executivo quanto do lado do Partido.

Quando Lula diz que teria uma equipe melhor, na realidade, não dá para ser pior nem para ser igual. Quer dizer, ninguém conhece hoje um Ministro de sua equipe. Se eu perguntar a qualquer Senador qual o nome do Ministro da Saúde, do Ministro dos Transportes, ninguém sabe, inclusive os do Governo. Assim, não dá para montar um Governo pior do que este. Nisso, ele tem razão.

Sr. Presidente, se for reeleito, ele vai montar um Governo melhor, porque não tem como montar uma equipe pior do que essa.

Por vias indiretas, ele reconheceu sua incompetência administrativa e que não confia na atual equipe que o cerca.

E se de fato quer melhorar a equipe, deveria começar substituindo o Ministro da Cultura, Gilberto Gil. Um grande artista, por sinal, mas, como Ministro, pisa na bola de vez em quando.

Em declaração na Suíça – veja bem, ele foi falar isso na Suíça; podia ter falado no Brasil, mas foi falar na Suíça –, quando representava o Brasil numa conferência sobre propriedade intelectual, ele declarou: “A corrupção é percebida como prática comum. Corrupção não impede a cidadania. A prática é sistêmica e, ainda que seja condenada, acaba sendo aceita pela sociedade”. Ou seja, o Ministro está dizendo que a corrupção é generalizada e que a sociedade a aceita.

Isso ele estava dizendo para explicar o percentual de votos do Presidente Lula nas pesquisas.

Ele acha que o Presidente Lula tem um alto percentual de votos nas pesquisas não porque ele defenda o Presidente e diga que ele não é corrupto, mas porque a sociedade aceita a corrupção, que a sociedade acha certo que a pessoa seja corrupta. Eu não acho isso, e a sociedade está vendo, cada vez mais, o que está acontecendo. No momento em que ela for verificando e for comprovando essa corrupção, vai mudar, e uma eleição muda-se em 24 horas.

Lembro-me da última eleição na Espanha. Lá, o PP, Partido Popular, estava à frente em todas as pesquisas. Faltando três ou quatro dias para a eleição, houve um ato terrorista lá: explodiram uma estação de trem e muitas pessoas foram mortas. O Governo, que era do PP à época, acusou o ETA, organização terrorista, como autor do atentado. O que aconteceu? A sociedade não acreditou que tivesse sido o ETA, pois os métodos não eram parecidos com os usados pelo ETA. Assim, a eleição que parecia ganha, por dez pontos à frente, foi perdida em dois dias. Depois, comprovou-se que não tinha sido o ETA. Mas, o Governo deu a desculpa errada e perdeu a eleição.

O fato de faltar três dias, quatro dias, dois dias, um dia, meio dia para a eleição – e um candidato estar à frente – não quer dizer que ele vá ganhar, pois o que vale mesmo é o voto na urna. A sociedade brasileira a cada dia está se convencendo de que, se votar a favor de um Governo com práticas como essa de compra de dossiê, ela está dizendo, em resumo, que o crime compensa.

Segundo destacou o jornal **O Estado de S. Paulo**, no editorial de hoje, essa declaração do Ministro da Cultura é condizente com as práticas do atual Governo.

“O que Lula ensinou aos seus eleitores, à medida que se sucediam os escândalos no seu governo, foi que a corrupção ‘é uma prática comum’ que todo mundo pratica. O que ele condenou na ação criminosa dos seus companheiros não foi a ação criminosa em si – isso é outra coisa importante, Presidente: ele não condenou a ação criminosa –, mas o fato de terem sido apanhados com a boca na botija”. Quer dizer, ele achou ruim não porque os “caras” foram comprar o dossiê, não porque levaram dinheiro vivo; ele achou ruim o fato de eles terem sido pegos, de a Polícia Federal pegá-los com R\$1,7 milhão.

E conclui afirmando: “Não é um ‘erro’, como ele [Lula] classifica as bandalheiras de seus ‘companheiros’. É, sim, um crime”.

A declaração de Gilberto Gil é muito grave pelo que sinaliza para a sociedade. Um verdadeiro, como disse a jornalista Dora Kramer, “vexame internacional”.

No Governo Itamar Franco, uma declaração do Ministro da Fazenda Rubens Ricupero, de que “o que é bom a gente fatura, o que é ruim a gente esconde”, foi suficiente para afastá-lo do Governo, sob os brados moralistas de Lula e dos petistas, que, àquela época, acreditavam na verdade.

Agora mesmo, Sr. Presidente, na Hungria, está havendo a maior crise política, porque gravaram uma conversa do atual Primeiro-Ministro, em que ele disse a um grupo de Deputados que, para ganhar a eleição, eles iam mentir de manhã, mentir de tarde e mentir de noite. Isso gerou uma crise política com revolta popular na rua. Aqui, o Ministro Gilberto Gil diz isso, e não reagimos. Mas vamos reagir, porque, antes de ir à rua, o melhor é reagir na urna, votando contra esse estado de coisas.

Agora, na Presidência de Lula, os aliados não só fazem declarações estapafúrdias, como realizam toda sorte de desmandos sem que as faces de Lula se ruborizem.

Ao concluir, gostaria de voltar a cobrar de Lula a elucidação das tramas criminosas praticadas no seu Governo para prejudicar as candidaturas e Alckmin e de Serra.

Até agora não sabemos a origem do dinheiro e quem são os envolvidos. Essas revelações em contagotas da Polícia Federal estão parecendo mais manobras protelatórias, para que a verdade dos fatos não venha a público antes do dia 1º de outubro. Está aí.

Eles também disseram hoje, Senador Marco Maciel, outra coisa interessante: que os dólares saíram de Miami para um banco em São Paulo. Essa aqui me parece uma história para ganhar tempo. Vejam: ele disse que o dinheiro foi depositado num banco e, depois, foi retirado. Primeiramente, há uma irregularidade grave quando se traz dinheiro de Miami para um banco no Brasil.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, somente explicarei esse passo.

Vem esse dinheiro para um banco no Brasil. Chega aqui, esse dinheiro é depositado em dólar num banco. Depois de depositado, tem que ser sacado em real e, então, com dinheiro em real compram-se os dólares. E quando recebe o dinheiro que vem com aquela tarja, no caso, do Banco Central americano, o que tem que se fazer? Tem que se contar o dinheiro, porque nenhum banco recebe dinheiro em pacote. Então, tem que tirar a tarja do outro banco, colocar na máquina que conta o dinheiro e colocar a tarja desse banco. Não colocará a tarja do outro banco.

Então, tudo faz crer que essa questão do dólar é uma espécie de “Operação Uruguai”, Senador Heráclito Fortes. Eles estão agora ganhando tempo; já faz doze dias e nada é esclarecido. Eles estão ganhando tempo exatamente para montar uma “Operação Uruguai”.

Será que não vai aparecer alguém que diga que doou esse dinheiro? Será que uns três ou quatro empresários desses que recebem benesses do Governo não vão dizer que o dinheiro era deles?

Eles já não mostraram a foto do dinheiro, o que é algo inédito. Agora, o delegado está preocupado, porque os suspeitos foram presos. Isso dava um filme de faroeste. Gosto muito de filmes de faroeste, mas nunca vi um filme de faroeste em que o xerife ficasse preocupado quando o bandido é preso. Então, isso é uma nova história, da qual se poderia criar um filme, porque é um caso inédito: um delegado da Polícia Federal preocupado com a prisão de bandidos.

É impossível que, passadas duas semanas, não se saiba de onde vieram os dólares e os reais, num total de mais de R\$1,7 milhão, e principalmente que não se saiba quem deu o dinheiro e qual o trânsito dele pela contabilidade do PT, se é que não se trata de caixa dois.

Concedo um aparte ao nobre Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Jorge, essa versão, apresentada de maneira apressada para justificar parte dos dólares desta operação, parece-se muito com a justificativa que aquele Sr. Guimarães, lá do Ceará, usou em São Paulo, quando foi pego com dólares na cueca: “produto da venda de verduras na Ceasa em São Paulo”. Ora, é uma versão apenas para que resista até o dia 1º. Se esses dólares tivessem vindo diretamente para o banco em São Paulo, para que existiria o Banco Central? A área internacional do Banco Central é quem interna e é quem reexporta dólar.

Ela teria, obrigatoriamente, de ter de ter passado pelo Banco Central, ou pela Agência Central, em Brasília, ou por São Paulo, aonde ele chegou, e internado. Ou seja, vamos admitir que, num gesto de enorme confiança, porque pode ser que haja esse gesto de confiança interbancário, a instituição brasileira recebesse a remessa americana. Ela tinha, por obrigação, de carimbar a etiqueta com o registro da sua agência e a data da chegada. Será possível que esse pessoal acha que está falando com idiotas neste País? Qualquer etiqueta de movimentação bancária, quando entra no sistema interbancário – na maioria das vezes, é o Banco do Brasil, por autorização do Banco Central, quem faz isso –, mostra exatamente o percurso do dinheiro. A norma mais comum na internação é a recontagem e a substituição da etiqueta que saiu dos Estados Unidos por uma etiqueta de um banco brasileiro. Essa versão

não resiste, porque não tem nenhum fundo de verdade. V. Ex^a disse muito bem: parece um filme de faroeste. Naturalmente, V. Ex^a deve estar se remetendo ao filme “O Dólar Furado”, filme que encantou muito a geração dos anos 60, Senador Marco Maciel, em que Giuliano Gemma atirava de costas e acertava...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – No dólar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não, na coroa da Estátua da Liberdade. Esse pessoal está brincando com os brasileiros. É um deboche o que se está fazendo! É preciso que haja uma declaração firme do Banco Central. A omissão do Sr. Meirelles é vergonhosa. Um homem tão experiente não podia ficar calado diante disso, porque desmoraliza a instituição do Banco Central. Poderia, inclusive, dar uma declaração amanhã me acusando, dizendo que estou sendo leviano, mas deveria dizer alguma coisa. O que não pode é o Presidente do Banco Central, que veio de bancos estrangeiros, combatido pelo PT a vida inteira, em face de suas origens, ficar conivente com uma situação como essa. Quero, de público, homenagear o Ministro Márcio Thomaz Bastos, que está usando suas prerrogativas de criminalista, e, infelizmente, não de Ministro da Justiça. Como criminalista, tem sido perfeito: ao longo desses três anos, tem evitado que muito bandido vá para a cadeia.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Do Governo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É evidente. É o seu **habitat**, Senador José Jorge, ora com medida dessa natureza, ora indicando ex-colegas seus de escritórios, ou estagiários futuros para defenderem essa gangue que está aí. Quero parabenizar o Ministro Márcio Thomaz Bastos, não por ser Ministro da Justiça deste País, um Ministro republicano, mas por ser o melhor criminalista que o Brasil tem. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. Concorde com V. Ex^a.

Gostaria de acrescentar que, na verdade, nós, da Oposição, ficamos abismados como tudo isso aconteceu. Outro dia, vi o programa eleitoral do Presidente Lula sobre segurança, Senador Marco Maciel. O programa dizia que a Polícia Federal fez isso, fez aquilo, e que nunca um rico foi preso no Brasil, só no Governo de Lula. Eu queria saber – o Senador Heráclito Fortes poderia até esclarecer – quem desses bandidos do PT que cometeram irregularidades foi preso. Quem foi o bandido do PT que foi preso? Não conheço nenhum. Todos os que foram acusados ou pegos cometendo irregularidades foram até absolvidos, com o Palácio do Planalto trabalhando fortemente para absolvê-los no plenário da Câmara dos Deputados.

Todos se lembram da dança da Deputada Ângela Guadagnin, comemorando a absolvição de um mensaleiro, uma dança que ficou conhecida como a

“dança da pizza”, porque ela estava, naquele momento, comemorando a absolvição de mais um petista. Todos foram absolvidos e todos são candidatos por São Paulo. Outro dia, os jornais publicaram declarações de outros petistas não-envolvidos com esses esquemas, reclamando da disponibilidade de dinheiro que aqueles envolvidos no esquema tinham e que, portanto, como a disputa é interna dentro de cada partido, eles estavam em desvantagem para ser eleitos. Particularmente, estavam reclamando da disponibilidade financeira do ex-Ministro Antonio Palocci.

Esse programa diz que a Polícia Federal prendia “a”, “b” ou “c”, mas, na verdade, a Polícia Federal nunca prendeu um petista. Delúbio e Marcos Valério nunca foram presos. Esses foram presos por engano, eu acho. A Polícia Federal os viu com dinheiro, mas já foram soltos. Agora, o delegado está com peninha deles só porque o juiz designou novamente a prisão deles.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de tudo o que já sabemos, resta uma certeza: foi cometido um crime eleitoral contra a candidatura de Geraldo Alckmin e um crime de utilizar recursos para comprar um dossiê. A sociedade brasileira deve ser completamente informada antes da eleição, antes do dia 1º de outubro, e os criminosos punidos exemplarmente, sejam quem for, estejam onde estiverem, inclusive e principalmente se estiverem no Palácio do Planalto.

Amanhã, quinta-feira, teremos o último debate da campanha. Nós, da Oposição, queremos que o Presidente Lula compareça ao debate. Até agora, ele não compareceu a nenhum debate, nem às entrevistas nos principais jornais do País. Ele quer ser reeleito sem debater com a sociedade brasileira. Queremos que ele vá, mas antes chame seus companheiros – Jorge Lorenzetti, Freud, o Diretor do Banco do Brasil – e diga: “Agora, vamos dizer à sociedade brasileira de onde veio esse dinheiro, quem deu esse dinheiro a vocês e quem os mandou comprar esse dossiê”. Se não fizer isso, infelizmente, ele não poderá merecer o voto dos brasileiros no dia 1º de outubro.

Então, o apelo é este: vamos levar a eleição para o segundo turno, vamos fazer com que a votação real e efetiva possa ser feita no segundo turno, quando essa questão já estiver esclarecida. Aí, sim, quem for Lula vota de consciência tranquila. Mas, agora, no meio dessa acusação, acho que mesmo aquele que é Lula vai votar envergonhado e de consciência pesada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Antes de conceder a palavra ao próximo orador, Senador Heráclito Fortes, representante do Piauí no Senado Federal, desejo registrar a presença, na nossa tribuna, do General-de-Brigada Ricardo de Mattos Cunha,

que está servindo no Ministério da Defesa e chefia a assessoria parlamentar e que se faz acompanhar de vários coronéis assessores parlamentares.

Portanto, com os nossos cumprimentos, queremos registrar a presença dos ilustres convidados.

Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, por vinte minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero começar o meu discurso transcrevendo, Senador Tasso Jereissati, palavras do Presidente Lula ao povo brasileiro. Ele diz textualmente:

A hora que eles tirarem as minhas pernas, eu vou andar pelas pernas de vocês; a hora que eles tirarem os meus braços, eu vou gesticular pelos braços de vocês; a hora que eles tirarem o meu coração, eu vou amar pelo coração de vocês.

Estou começando a me emocionar, estou com medo de ir às lágrimas.

E a hora que eles tirarem a minha cabeça, eu vou pensar pela cabeça de vocês.

E vai além. O Presidente está lendo:

Eles deveriam ter aprendido com Tiradentes. Não basta matar, não basta esquartejar, não basta salgar a carne e pendurar no poste. Porque a carne você mata e ela apodrece, mas as idéias estão perambulando pelas brisas deste País querendo liberdade, querendo direito, e isso nós temos de sobra para dar.

Só faltou aqui dizer: vender ou comprar.

Sr. Presidente, será que o Sr. Lula, quando fala em morte, refere-se à morte de Celso Daniel ou à do Toninho do PT? Porque a Oposição brasileira, no momento, não é dada à violência, não é dada à truculência; só é dada ao direito de se indignar com o que acontece no País.

As idéias desse Governo naturalmente perambulam nas sarjetas, nos prostíbulos; elas não perambulam nas academias, nas tribunas nacionais, nem tampouco perambulam nos lugares que as pessoas de bem freqüentam.

Quais são as idéias desse Governo que servem de exemplo ou dignificam uma sociedade? Perambula a idéia do mensalão? A prática do dólar na cueca? Quais são os exemplos de que o Presidente fala nesse seu choroso depoimento?

Comparar-se a Tiradentes é ofender e agredir Minas Gerais. Tiradentes deu a vida, juntamente com uma plêiade de brasileiros, para evitar a derrama e para evitar que os recursos brasileiros – o ouro, a prata – fossem tirados do Brasil, da nossa sociedade, da nossa pátria. O atual Governo tira dinheiro dos cofres públicos para o caixa dois, para a instrumentalização

do Estado. Então, comparar-se a Tiradentes é ofender Minas Gerais.

O silêncio de Minas não pode continuar. Tiradentes é o símbolo de uma geração que lutou pela liberdade. O atual Presidente é o símbolo de uma geração de brasileiros que acreditou, que teve esperança de que, por seu intermédio, se chegaria a governos dedicados à questão social. E o que se viu foi exatamente o contrário. Pregou-se em praça pública, durante vinte anos, a virtude e praticou-se, ao chegar ao poder, a corrupção com destempero, da maneira mais banal que o Brasil viu.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tirar o coração de Lula para quê? Quem quer esse coração, a não ser a turma dele? É um desrespeito ao coração valente que percorre o Brasil inteiro encarnado na pessoa de Heloísa Helena, que tem uma história de vida dedicada ao PT e que foi defenestrada das hostes desse partido porque quis continuar a conviver com um PT que não se dobrava à corrupção.

Como exemplo de quê o Lula pode servir às novas gerações? É muita pretensão. É muita arrogância ou então a certeza da impunidade e a crença de que a Nação está anestesiada e, em alguns lugares do País, escravizada e dependente do dízimo distribuído por meio do Bolsa-Família.

O Presidente Lula, que invoca Tiradentes, escraviza o povo brasileiro e o aterroriza com métodos que esperávamos tivessem sido banidos do País. Ora se compara a Cristo, ora diz que tem um demônio guardado dentro dele – esse demônio é o desejo de fechar o Congresso –, ora compara-se a Tiradentes, e os seus amigos estão mais para Marcola e para Escadinha do que para Beato Salu. Que pena!

Esta é a conjuntura em que vivemos: a Justiça pedindo prisão de envolvidos com dossiê, e o Presidente querendo se fazer de vítima em praça pública.

Senador José Jorge, V. Ex^a precisa ter a dimensão do que ocorre neste País. Senador Tasso Jereissati, peguei em São Paulo um avião, que faria a viagem em 1 hora e 50 minutos, salvo engano, e fui abordado na fila por um cidadão que viria a Brasília me entregar documentos. Eu o poupei do trabalho de vir a Brasília e do gasto com a passagem. O que o cidadão vinha fazer aqui? Entregar-me denúncias sobre uma ONG. Eu não sei mais o que fazer com tantas denúncias que estamos recebendo envolvendo ONGs no Brasil, todas elas com ligações com o aparelho cuja sede principal é o Palácio do Planalto.

Eu sou muito cauteloso e atento quando recebo essas denúncias. Queria, inclusive, que as pessoas de São Caetano me ajudassem a mostrar se isso é verdade ou não. A ONG, Senador José Jorge, chama-se

Politeu e, por coincidência, fica em um prédio vizinho ao comitê do Professor Edgar, candidato a Deputado Estadual, cunhado de um dos membros da ONG.

Porém, o mais estranho de tudo, Senador Tasso, é que a ONG é do Sr. Hamilton Lacerda, coordenador de campanha do Sr. Aloizio Mercadante em São Paulo. Algo me é estranho: o mesmo Aloizio, que rapidamente demitiu aquele cidadão, não sabia das andanças do Sr. Hamilton Lacerda por essa ONG. Deu-me, então, um pequeno relatório, em que diz que o Sr. Hamilton é a principal liderança do PT em São Caetano do Sul. Concorreu como candidato a prefeito sem sucesso – graças a Deus para o povo de São Caetano –, foi vereador por três mandatos, tentou ainda eleger-se Deputado Estadual e foi coordenador do PT de todo o Grande ABC. Iniciou-se na política – bem orientado, temos de respeitar – pelas mãos de José Dirceu. Era o principal assessor de Aloizio Mercadante. Consta que, após perder a eleição para vereador, passou a ocupar um cargo em comissão na Prefeitura de Santo André.

Sua esposa – não gosto de falar de família – ocupa o cargo de Secretária Adjunto na Prefeitura de Guarulhos – aliás, ocupou, na administração do Sr. Elói Pietá.

Depois relata o envolvimento do Sr. Hamilton em gravações eletrônicas, em ONGs, mostra contratações fictícias no Fundef e sua atuação na Prefeitura de Santo André, no doloroso episódio do Celso Daniel.

Aí, Senador José Jorge, essa ONG recebe recursos da Petrobras, Dr. Tasso, da Petrobras! E recursos do FAT, que pertencem ao trabalhador brasileiro. É preciso saber com detalhes quais os serviços que presta ao povo de São Caetano e ao povo de São Paulo.

No documento, ainda há várias denúncias que já servirão para a nossa CPI. Com certeza, Senador Tasso, hoje já há 18 assinaturas certas e a confirmação de mais 17 ou 18 – tenho de me atualizar, porque vim do aeroporto diretamente para cá.

Em jornais de São Caetano, há mais notícias sobre o Sr. Hamilton. Vou verificar seu conteúdo e prometo aos brasileiros de São Paulo trazê-lo amanhã à tribuna do Senado da República.

O brasileiro, com relação à eleição deste ano, Sr. Presidente, começou a sair do armário! Todo mundo começa a sentir o espírito da eleição; procuram saber quem é o melhor candidato a estadual, a federal, a senador, a governador e a presidente da República. É impressionante como o brasileiro é atento!

Tenho sido bastante procurado para emitir opinião sobre a presença ou não de Lula amanhã, no debate da TV Globo. Creio que Lula vai fazer muito sucesso, porque é a oportunidade que ele tem – a última, já que fugiu de todas as outras – de mostrar que é uma vítima, de mostrar ao País ou que não sabia de nada,

ou que sabia de tudo. Mas o mais importante, Senador Tasso, e que o Brasil aguarda com muita ansiedade, é o encontro de Lula com Heloísa Helena. Deve ser uma coisa histórica, fantástica esse reencontro! Será que Lula vai pedir desculpa a Heloísa Helena pela sua expulsão do PT? Ou será que Lula vai esclarecer os reais motivos dessa expulsão? Será que vão trocar beijinhos, Senador José Jorge, civilizadamente nos bastidores – ou quem sabe diante das câmeras?

Aguardo com ansiedade esse momento. Eu gostaria muito de ver – e quero ver amanhã – a postura do Presidente Lula diante de Heloísa Helena.

Ora, em 1989, Lula tremeu durante um debate, quando o seu atual amigo Collor levou consigo a pasta cor-de-rosa! Quem não se lembra, no Brasil, daquele debate?

Hoje, vi num jornal de São Paulo as fotos do Collor, candidato ao Senado por Alagoas, ao lado de Lula, candidato a Presidente da República.

A memória, o sofrimento e a dor do povo que se danem! O que vale no momento é o interesse eleitoral. Aquilo que passou, passou! Até sou favorável a que não se guarde rancor na geladeira, mas sentimento, vergonha na cara são noções das quais os homens não podem abrir mão.

Senador José Jorge, lamentavelmente, a Liderança do PT não está aqui hoje.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Vamos fazer um apelo, Senador, para que a Senadora Ideli, se ela estiver na Casa, venha ao plenário defender o Governo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Evidentemente seria muito importante a defesa dessa equilibrada Líder do Governo. Mas uma coisa eu digo: ela não está em Santa Catarina, porque, lá, ela jogou a toalha. Sua candidata ao Senado não teve sucesso, candidata cuja campanha ela comanda. Lá ela é chefe da campanha!

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Mas foi ela quem derrotou a candidata, porque ela falou que a candidata era dez vezes pior do que ela!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ave Maria, eu não sabia disso! Mas fica aqui o registro e o agradecimento do Senado da República a essa prova de lucidez da Senadora Ideli.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer!

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador, primeiramente é uma alegria saber que todas as notícias dão conta de que o Presidente Lula vai ao debate. Infelizmente, ele não o fará pelo seu espírito democrático, porque, se assim fosse, ele teria comparecido

ao debate da TV Bandeirantes, da TV Gazeta e não teria ajudado a cancelar os debates do SBT e da Record. Ele teria debatido, para que o povo brasileiro tomasse conhecimento de tudo que está acontecendo no Governo. A esse debate da Globo ele vai, porque percebe que a eleição se encaminha para o segundo turno; ele vai porque tem medo de perder pontos se não for. As pesquisas mostram que o eleitor quer que os candidatos compareçam ao debate exatamente para conhecerem suas idéias. No debate, o Presidente Lula pode responder a tudo: a essas acusações e ao que fez pelo Governo. Ele sempre encontra uma maneira de responder às perguntas. Mas, se ele não esclarecer de onde vieram esses R\$1.750.000,00 que os petistas estavam carregando no bolso, ou na bolsa, ou na mala, ele não fez nada; não esclareceu a sociedade brasileira. O Brasil não pode votar sem saber de onde veio esse dinheiro, e o momento certo para os esclarecimentos é no debate da Globo. Por quê? Porque depois do debate, Senador Heráclito Fortes, não haverá mais campanha eleitoral. Ela acabará no fim desse debate. Portanto, não há nenhuma razão para que o Presidente diga – ou os Ministros – que a Oposição quer usar o debate eleitoralmente. Ora, seria até natural que usássemos isso como arma, pois estamos em campanha eleitoral. Há uma lei que diz que toda despesa eleitoral pode ser paga com cheque. Surpreenderam-se adversários nossos, pessoas da coordenação geral da campanha do Presidente, num hotel, em São Paulo, comprando um dossiê contra nós por R\$1,750 milhão em dinheiro. Em qualquer lugar do mundo, essa candidatura estaria impedida de continuar. Deixamos que ela continue porque acreditamos que poderemos mudar isso pelo voto, mas, em qualquer lugar do mundo, a candidatura estaria impedida, porque é uma grande irregularidade, segundo a legislação eleitoral. Então, seria natural que usássemos esse fato na campanha, em nossos programas eleitorais. No entanto, se ele explicar a origem do dinheiro na quinta-feira à noite, nem no programa eleitoral poderemos usá-lo. Portanto, este é o momento correto. Estamos felizes com a presença do Presidente Lula no debate, mas se ele não disser de onde veio esse dinheiro, não esclarecerá em nada o povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador José Jorge, o ideal seria que esses esclarecimentos fossem prestados pelo Ministro da Justiça amanhã, antes do debate. É dever e obrigação de S. Ex^a, detentor de mecanismos institucionais para isso, prestar esses esclarecimentos.

Lembro V. Ex^a de que, neste Governo, uma pessoa da Liderança do PT pediu, no início da atual legislatura, a criação de uma CPI, que ficou conhecida como CPI

do Banestado, cujo objetivo era apurar movimentações financeiras de brasileiros no exterior.

Ora, escarafunchou-se e bisbilhotou-se a vida das pessoas. O Relator, Deputado José Mentor, foi escolhido a dedo pelo então Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Agora, que exemplo feio dá o Governo, que combateu a evasão de divisas.

Mais uma vez, Senador José Jorge, está provado que os ladrões que se procuram, desesperadamente, em governos passados, não são encontrados porque são novos. Talvez seja por isso que o Presidente os chama de “meninos”. São “meninos” que, quando procurados no governo passado, não são encontrados. Na CPI do Banestado, pegaram, com a boca na botija, o Presidente do Banco do Brasil e um diretor do Banco Central, do atual Governo. Eles não são do governo passado. Os “meninos” aprenderam cedo.

O Presidente Lula, com esse jeito de paizão, deveria mandar todos esses “meninos” para a Febem. O lugar desses “meninos” é na Febem, Sr. Presidente, porque, quando crescerem, assaltarão e lotarão os nossos presídios de segurança máxima.

O que me preocupa e me espanta é que o Presidente Lula, em 20 anos de caminhada, morando em república, viajando pelo Brasil com a Caravana da Cidadania, comendo muito sal, engolindo muita poeira, pela estrada, com essa gente toda, monte uma equipe em que todos estejam metidos em “rolo” e tenham vocação para o cofre público, fazendo voltar o modinha popular que diz: “Se gritar pega ladrão, não fica um, meu irmão”.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agora, se ele tivesse que formar uma nova equipe, o faria com quem? Cuidaria de procurá-la e recrutá-la exatamente nos escalões da criminalidade de São Paulo, do Rio de Janeiro e das grandes cidades. É lamentável isso. É duro de se dizer, mas é a pura verdade.

Sr. Presidente, a voz alta da vizinhança de gabinete do Palácio do Planalto vai fazer o Presidente Lula escutar que os seus amigos estavam cometendo falcaturas. Isso é inaceitável para a Nação.

Concedo o aparte ao Senador Tasso Jereissati, com o maior prazer.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Heráclito Fortes, eu gostaria de comunicar, aproveitando o assunto que V. Ex^a está tratando e se me permitir, que estamos solicitando ao Presidente do Banco Central, juntamente com o Presidente do PFL, uma audiência amanhã, para que ele nos explique algumas coisas que nos estão parecendo nebulosas em relação a esses dólares que estavam na sacola dos

militantes petistas, sob o comando do Presidente do PT, segundo o Presidente Lula. Lembro V. Ex^a que foi dito, nesta Casa e pela imprensa, que o Banco Central afirmou que a entrada desse dinheiro não foi registrada naquela instituição. Sabemos muito bem que esses recursos em dólares – estou falando dos outros, de que não se tem a menor notícia de explicação –, se entraram no Brasil por intermédio de uma casa de câmbio de Miami para serem vendidos a um banco, deveriam antes ter sido registrados no Banco Central. E o Banco Central anunciou que não foram registrados. Então, esperamos ouvir o Presidente do Banco Central amanhã, em audiência, para que ele nos forneça essa informação. Em segundo lugar, se houve a transação do banco com a casa de câmbio, o seu registro deveria ter sido feito. No entanto, não temos notícia de que o Banco Central tenha anunciado esse registro. Na hipótese, na qual não acredito, de existir discordância entre as informações do Banco Central e da Polícia Federal, pediremos ao Presidente do Banco Central a imediata divulgação do nome do banco e do proprietário da casa de câmbio. A operação de rastreamento é fácil e pode ser feita em duas horas. Se a transação cambial estiver registrada no Banco Central, em duas horas pode-se identificar a casa de câmbio e o banco. Portanto, a segunda hipótese – a de que o Banco Central se enganou e mentiu na primeira vez – significa que a Polícia Federal está omitindo da população brasileira uma informação fundamental para a apuração parcial de um delito cometido pelo Partido dos Trabalhadores, com a conivência ou o comando do Presidente do Partido e a participação de pessoas ligadas diretamente ao Presidente Lula, o que é gravíssimo. É com muita pena que falo isso a V. Ex^a, porque a Polícia Federal é, hoje, uma instituição pela qual temos o maior respeito, principalmente pela sua independência. Ela não pertence a um Governo, Presidente ou Partido. Ela pertence ao Estado brasileiro, portanto, a todos os brasileiros. Será lamentável que a Polícia Federal esteja se prestando a um papel desse neste momento. Vou repetir para se tornar mais claro, Senador Heráclito Fortes: existem duas hipóteses. Primeira: a Polícia Federal está mentindo ou o Banco Central está mentindo, ou ambos mentiram. Segunda: existe a operação, sabem quem é, e a estão escondendo da população brasileira, às vésperas de uma eleição presidencial no País, e envolve diretamente o Presidente da República. Inclusive, o Presidente Jorge Bornhausen me comunicou que, no caso de não poder estar presente, pedisse a V. Ex^a que nos acompanhasse ao Banco Central para fazer um *check-up* da situação e pedir, com todo o equilíbrio que faz parte e requer a nossa atividade política e com firmeza, que

nos passem essa informação imediatamente, porque queremos mostrar à população brasileira.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a vai exatamente ao cerne da questão. É preciso que se saiba quem passou a informação à Polícia Federal. O lógico é que fosse o Banco Central. Mas, Senador Tasso Jereissati, há um fato muito grave nisso tudo. Esse dinheiro precisaria ser internado no País. Em algum momento, vai aparecer o seu dono e o seu autor. Vai aparecer o banco.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Se esse dinheiro foi internado e, portanto, registrado no Banco Central, não há a menor dificuldade em rastrear o banco, a casa de câmbio e quem sacou esse dinheiro. Não há a menor dificuldade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Se o Banco Central diz que o dinheiro não passou pela mão deles...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Então, esse dinheiro é ilegal. É a outra hipótese.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois é, a grande questão é esta: há uma declaração do Banco Central de que o dinheiro não passou por lá e outra, da Polícia Federal, de que o dinheiro passou por lá. Essa história parece muita com aquela de seu conterrâneo, que foi pego também com dólar na cueca, no Ceará.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Mas dólar na cueca nós sabemos que não se registra; cueca não é registrável.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não se registra, mas deixou marca, porque, inicialmente, ele disse que foi dinheiro de verdura, esperando que, no dia seguinte, a sociedade brasileira tivesse esquecido aquele episódio. Há algo grave nisso aí tudo. Se esse dinheiro aparecer e o seu retirante for de Miami, se for residente nos Estados Unidos, ele será preso. Se estiver fora do país, nunca mais porá os pés lá. Será cassado o visto permanente, o visto temporário, o passaporte e o dinheiro confiscado, até esclarecer até a quinta geração onde obteve aquele dinheiro. Isso é o mais grave. E os outros?

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – V. Ex^a me permite mais um aparte, desta vez para o que é raríssimo que é discordar de V. Ex^a num outro ponto?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Concorde com o Senador José Jorge de que existe uma expectativa muito grande da presença do Presidente Lula no debate da TV Globo e que há a expectativa nacional de que ele diga de onde veio esse dinheiro. Acho que, do ponto de vista legal, V. Ex^a tem razão, o Ministro da Justiça já deveria ter explicado; do ponto de vista po-

lítico, é obrigação moral do Presidente da República. Amanhã todos vão lhe cobrar – e todos não são os outros debatedores, mas os milhões de telespectadores que vão estar na expectativa de que o Presidente realmente abra o seu coração tão machucado, segundo os versos que ele tinha lido e que V. Ex^a reproduziu de que se tirem...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Coração manso, diferente do coração da Senadora, que é coração valente.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – É que se ele vier realmente falar de peito aberto à população brasileira para que se esclareça isso, entre outras coisas... Mas, neste momento, é obrigação e há a expectativa nacional de que o Presidente da República, no debate, responda ao povo brasileiro: este dinheiro é de fulano, de beltrano, que foi dado por sicrano; chegou ao PT, que é o meu Partido, passou pelo Freud Godoy, passou pelo meu churrasqueiro, foi ao Presidente do meu Partido, indicado por mim e pelos meus conselheiros, e eu os condeno a todos. Mas ele entrou porque... Até não vi, até não sabia, mas hoje eu sei, nós sabemos que ele sabe. É essa a grande expectativa nacional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Tasso Jereissati, concordo com V. Ex^a apenas quando diz que o Ministro da Justiça poderia explicar, porque não podemos exigir do Presidente Lula uma explicação jurídica para esse fato. Não vamos também levá-lo a um derrame, porque isso é uma coisa detalhada, complicada e não vamos querer que o Presidente Lula explique isso.

O Presidente Lula pode explicar, politicamente, como foi beneficiado e por que a missão foi feita.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Explicar de onde veio o dinheiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exatamente e para que veio. Já o Ministro da Justiça, não. O Ministro da Justiça, que é tão republicano, poderia dar uma explicação técnica e deixar o Presidente mais aliviado, porque desse fato o Presidente não vai fugir no debate.

Senador José Jorge, vejo com muita expectativa o debate de amanhã, porque será um debate de emoções, a começar pelo reencontro de Lula com Heloísa Helena, afastada depois de tantos anos de luta em comum. Vamos ter lágrimas, fiquem certos todos os que estão nos ouvindo.

Concedo o aparte ao Senador José Jorge, com o maior prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Heráclito Fortes, em primeiro lugar, tem uma notícia nova que diz o seguinte – achei-a até um pouco divertida –: “Berzoini vai protocolar queixa contra procurador que

investiga dossiê”. É engraçado, mas enfim... Vou ler a notícia: “Brasília. O Presidente do PT, Ricardo Berzoini, informou que vai entregar na tarde desta quarta-feira uma reclamação contra o Procurador da República em Mato Grosso, Mário Lúcio Avelar, que atua nas investigações da compra do dossiê da máfia das ambulâncias contra políticos tucanos. O PT vai recorrer ao Conselho Nacional do Ministério Público por considerar a atuação de Mário Lúcio Avelar, no caso, irregular”. Ora, Senador Heráclito Fortes, o Procurador Mário Lúcio Avelar é inocente nisso tudo, porque até o delegado já deu uma declaração preocupado, pois os bandidos estavam sendo presos. Senador Tasso Jereissati, eu gosto muito de filme de faroeste, tenho até uma pequena coleção e já assisti a mais de 50 filmes de faroeste na minha vida, desde criança – a alguns já assisti mais de uma vez. Nunca vi num filme de faroeste o xerife preocupado com o bandido, xerife triste porque o bandido foi preso. Hoje vi isso pela primeira vez, e veja que o mundo dá muitas voltas. O procurador está investigando, e só se descobriu isso porque ele pediu a prisão desse pessoal – fez as gravações e pediu a prisão. Esse procurador deveria ser elogiado pelo PT porque descobriu uma trama de que, teoricamente, o Presidente Lula “não sabia”. Esse processo é a maior prova de que eles estão tristes não porque cometeram uma irregularidade, mas porque a irregularidade foi descoberta.

Também gostaria de ressaltar a importância que dou à presença do Presidente Lula nesse debate. Inclusive, discordo de V. Ex^a pela primeira vez, desde que sou Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não vamos dividir as oposições, é só o que lhe peço.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – A Oposição vai ficar dividida, porque, infelizmente, nesse caso, não é o Ministro Márcio Thomaz Bastos que tem de dar as explicações. O Ministro é o criminalista do Governo, com todas essas coisas eu concordo. Aliás, diga-se de passagem, S. Ex^a trabalhou muito. Se houve alguém no Governo do Presidente Lula que trabalhou muito foi o Ministro Márcio Thomaz Bastos. Amanhã, se eu cometer um crime, sem dúvida vou contratá-lo para defender-me.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Se ele deixar o Governo algum dia – e está perto de fazê-lo –, o escritório dele, fique certo, será procurado.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – E todos nós, clientes. Espero não cometer nenhum crime, mas, se cometer, sem dúvida, vou contratá-lo. Acho que desta vez, não estamos dependendo da Polícia Federal. Em outras vezes, nós estávamos, mas desta vez, não. Veja bem, citei neste instante o nome dos seis envolvidos, e todos são do PT, todos são de dentro da casa do Presidente

Lula. O homem do chuveiro, Lorenzetti, na realidade, era o churrasqueiro; é quem hospedava o Presidente Lula em casa. Ele sabe de onde veio o dinheiro. Então, o Presidente Lula tem de chamar essas pessoas e perguntar: de onde veio esse dinheiro? Vamos esclarecer o povo brasileiro. Não posso deixar que chegue o dia da eleição, não posso submeter-me a julgamento pelo povo brasileiro, sem esclarecer isso. Está aqui o nome de todos: Ricardo Berzoini, personagem lulista até o extremo; Expedito Afonso Veloso, diretor do Banco do Brasil, indicado por Lula; Jorge Lorenzetti, amicíssimo, irmão; Oswaldo Bargas, também antigo, participou da contra-informação da última vez; Freud Godoy, de todos, o mais íntimo, tem um escritório na casa do Presidente; Gedimar Pereira Passos, contratado do Lorenzetti para fazer espionagem dos adversários; Valdebran, o menos íntimo, porque é do Mato Grosso, mas, de toda maneira, importante no Estado, pois era uma espécie de tesoureiro; e Hamilton Lacerda, aquele que é a segunda pessoa do Senador Aloizio Mercadante. Então, é só fazer uma pequena reunião, de preferência até um churrasco. Chama-se o Lorenzetti, que assa aquela costela, daí se chega à conclusão. E, amanhã, no debate, ele conta a história para o Brasil; assim ele vai para a eleição de consciência tranqüila. Chegará o dia da eleição, e quem for votar em Lula o fará de consciência tranqüila. Do jeito que está, mesmo o eleitor de Lula vai ser um eleitor envergonhado, encabulado, de consciência pesada, por votar em um presidente que sabe de onde vieram os R\$ 1,75 milhão em dinheiro, mas que não quer contar ao Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador João Batista Motta, antes de conceder um aparte ao Senador Tasso Jereissati, lembro um ditado popular, que afirma que, em briga de grande, quem perde sempre é o pobre. E vem um episódio agora para confirmar isso: o Governo, naquela sua cesta básica da construção civil, teve de tirar a alíquota que reduzia o preço dos chuveiros. Não sei se foi coincidência, ou se foi medo de que a palavra Lorenzetti ficasse renitentemente na cabeça de todos os brasileiros, porque, até então, conhecíamos Lorenzetti como chuveiro, aquilo que nos dá água fria ou água quente, de acordo com a necessidade e as condições climáticas.

Esse Lorenzetti é uma ducha de água fria no atual Governo. Por coincidência, eles agora cancelaram o item “chuveiro”. Penso que é para não passar nem por perto do Lorenzetti.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Heráclito Fortes, como Ex^a é acima de tudo um Fortes, vamos continuar a nossa pressão, juntamente com o

Senador José Jorge. V. Ex^a acha que, com a intimidade que o Presidente Lula tem com o “chuveiro” Lorenzetti, com Freud, com Bargas, com Expedito; com a ascensão moral que ele tem sobre o Berzoini...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Com Hamilton Lacerda.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Mas é o Berzoini que ele acusou de ser o principal. E Berzoini, obediente e submissamente, aceitou, baixou a cabeça e disse: “se o Presidente Lula disse, está dito.” V. Ex^a acha que ele ainda não perguntou: “Venha cá, Lorenzetti, venha cá Berzoini – esse é o jeito de falar do Presidente Lula –, de quem é esse dinheiro? De onde veio?” Ele já não sabe? Já não disseram para ele? Então, V. Ex^a acredita que, se ele não sabia, ainda não chamou todos e perguntou? Todos se mostram submissos a ele, como provou o pobre do Presidente Berzoini. Tenho motivos para ter mágoa do Presidente Berzoini, que me fez a ofensa mais dura que se poderia fazer. Hoje tenho pena dele. Homem público, tendo sido acusado por seu companheiro principal, por seu ídolo, baixou a cabeça e disse: “Se o Presidente disse, está dito.” É realmente de dar pena. Nessas circunstâncias, já não contaram a história toda ao Presidente Lula, se é que ele não sabia? V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, concorda comigo?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concordo com V. Ex^a e vou além: o Presidente Lula sabe de tudo e de mais alguma coisa.

Quero saber se V. Ex^a não concorda comigo em um aspecto. O Presidente Lula, nós sabemos, não trabalha há pelo menos 30 anos. Sofreu aquele acidente, coitado, irreversível, e passou a ser líder sindical. Nessa sua liderança sindical, viajou pelo mundo, embarcou com passagens de categoria executiva e de primeira classe, visitou os melhores restaurantes, morou em casas emprestadas, sempre teve uma vida muito além do seu poder aquisitivo e nunca questionou os amigos – esses de agora, pelo menos de que temos conhecimento – sobre quem estava pagando ou de onde vinha o dinheiro? Imagine o Presidente Lula, como um trabalhador, freqüentando o Lido, em Paris, o Lasserre – vejo, de vez em quando, nas revistas, que há em Paris um restaurante com esse nome e creio que seja o que ele freqüenta. Viajou o mundo inteiro, Senador Tasso Jereissati, e alguém pagava para ele. Nunca se preocupou em saber a origem, daí por que perde forças e autoridade para cobrar dos companheiros.

Carlos Lacerda, em um debate fantástico, contou, uma vez, uma fábula francesa sobre um cego e um homem com visão, que resolveram montar uma sociedade em uma vinícola, sendo o primeiro acerto deles o plantio de uvas. Na primeira colheita, encheram um cesto e resolveram fazer o primeiro teste do

sucesso daquela sociedade. Sentaram-se à beira de um rio, sob uma árvore frondosa e fizeram o seguinte acordo: “Vamos provar as uvas que plantamos! Agora – disse o cego –, só há uma coisa: vamos comer uma uva de cada vez.” Fechado o acordo, meia hora depois, o cego irritou-se e disse: “Você está me roubando!” “Como?” “Você está me roubando, ladrão!”. E começou a discussão. “Por quê?” “Porque estou, há mais de 10 minutos, comendo duas uvas de cada vez, e você não reclamou; logo, se você não reclama, está roubando mais do que eu!” É exatamente a falta de autoridade e de capacidade que as pessoas que não agem corretamente têm de cobrar do outro.

O caso do Presidente Lula tem uma outra conotação e uma gravidade, porque ele é Chefe de Estado, Chefe de Nação. E ele pecou Senador Tasso quando não puniu o Waldomiro Diniz quando foi pego furtando do Governo brasileiro naquele acordo com bicheiro. A partir daquele momento e que o seu primeiro vizinho de Palácio foi pego roubando, fotografado, ele não puniu exemplarmente. A partir do momento em que não pune exemplarmente dá oportunidade aos outros de seguirem o mesmo caminho. Os ladrões foram se sucedendo e não foram sendo punidos; começa a campanha eleitoral e os ladrões começam a voltar aos palanques para a sua companhia, beijados pelo Presidente, o Presidente a pedir oportunidade, a pedir perdão.

O que levou os companheiros a seguirem neste mesmo caminho? A falta de autoridade do Presidente da República é que gera tudo isso, Senador Tasso, porque é a falta de exemplo, é a falta de punição, é a falta exatamente de mostrar que ao seu lado não há lugar para ladrões, como dizia em praça pública, quando quis se eleger Presidente da República.

Quero que V. Ex^a saiba que quando eu digo que o Presidente da República terá dificuldades, embora tenha obrigação de prestar contas à Nação de tudo isso, é porque a minha memória, graças a Deus, ainda me ajuda. E o Presidente tremeu há anos para explicar ao Brasil porque possuía um inocente serviço de som três em um. Tremeu! Gelou! Amarelou diante do Presidente Collor naquele debate histórico. A fraqueza! V. Ex^a vai ver que a Nação não o perdoará se ele não for a esse debate, porque a Nação não quer ouvir de mim, que sou opositor, nem do Sr. Márcio Thomaz Bastos, que é o seu criminalista; quer ouvir dele. E cabe ao Presidente da República dizer o que sabe, dizer o que sabe sobre o comportamento dos seus vizinhos de trabalho, dos seus colegas de Palácio, sob pena de não ter autoridade sequer de dizer ao Brasil que quer governá-lo por mais quatro anos, já que não tem capacidade de mostrar e de dizer o que aconteceu nesses primeiros quatro anos.

Não há um escândalo que o Presidente da República saiba como aconteceu, quem é o culpado; e, o pior, não há um escândalo que sequer Sua Excelência tenha punido alguém. Os que se afastaram do Governo pediram para sair e os que saíram receberam dele palavra de conforto, palavra de afeto e, em alguns casos, até garantia antecipada de inocência quando, na realidade, provaram que eram culpados e com culpas mais graves do que as que se havia até agora detectado.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, quero agradecer a sua generosidade e quero, Senador Sérgio Guerra, que a minha última palavra seja novamente para reafirmar a minha revolta e o meu protesto pelas comparações recentes do Presidente. A primeira ao comparar-se a Cristo; a segunda, a Tiradentes. Esta comparação a Tiradentes é uma traição à história do Brasil, é um desrespeito. Mas o Presidente tem uma vocação comportamental de seguir Chávez nas suas atitudes violentas, nos seus arroubos e até nas invocações que faz a Cristo num dos momentos mais oportunos.

Sua Excelência precisa saber que, diferentemente do que disse em praça pública, o que lhe falta no momento não são as pernas; o que lhe falta no momento não são os braços; o que lhe falta no momento não é o coração; o que lhe falta no momento é o caráter e a coragem de afirmar ao Brasil que não concorda e não convive com os ladrões que o cercam. Esta olimpíada de que ele tenta aqui participar não é o melhor caminho para Sua Excelência. A solidariedade do brasileiro carrega os que não têm pernas, acode os que não têm braços, chora pelos que não têm coração, mas corre de perto dos que não têm caráter e assaltam os cofres públicos. O brasileiro não aceita, não concorda e não convive com os que dilapidam seu patrimônio. Foi por isso que Tiradentes juntou-se a mineiros e a brasileiros para expulsar os portugueses que levavam nossas riquezas, e não é a comparação que o Sr. Lula faz com Tiradentes que irá redimi-lo dos pecados para com o Brasil e para com sua história. Não podemos, Sr. Presidente, aceitar nem tampouco conviver com isso. O dia 1º vem aí.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Marco Maciel, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2006**, que aprova o ato que outorga permissão à **Alto Astral Produções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão**

sonora em frequência modulada na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Educação, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Marcos Guerra, Leonel Pavan, Sérgio Guerra e a Srª Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para que sejam publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Estatísticas recentes, resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – a mais importante pesquisa anual realizada pelo IBGE – revelam um fato preocupante: pelo segundo ano consecutivo, cresceu o número de jovens brasileiros de 15 a 17 anos que não estudam.

No ano passado, já eram 1 milhão e 900 mil os adolescentes brasileiros nessa faixa etária que estavam fora da escola, o que nos fez regredir aos números constatados pela pesquisa em 2002.

O crescimento desse contingente de excluídos pode não ter sido grande em termos percentuais, mas o fato é que a taxa aumentou por duas vezes consecutivas, chegando a 18 por cento em 2005.

Estamos diante de uma tendência que merece a atenção imediata das autoridades responsáveis pelo setor educacional, para evitar que o índice continue em expansão. É bom lembrar que desde 1993 vínhamos conseguindo reduzir o número de adolescentes que não estudavam. Se nos últimos dois anos essa curva descendente foi interrompida, certamente é porque estão faltando políticas que permitam o acesso e a manutenção dos jovens nas escolas.

Ampliar o nível de educação da juventude é essencial para reduzir de maneira consistente as desigualdades sociais. Alega-se que o número de jovens fora do sistema de ensino cresceu devido a um aquecimento no mercado de trabalho, que os fez trocar os bancos escolares por oportunidades de emprego.

Mas pesquisas desmentem essa suposição, ao demonstrarem que a ocupação nessa faixa etária caiu. Um levantamento feito pelo Dieese, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, mostra que o índice de desemprego entre brasileiros com 16 até 24 anos era de 31,82 por cento no ano passado – quase o triplo do índice nas demais faixas etárias.

A escolaridade média dos jovens brasileiros com idades entre 15 e 24 anos é de menos de oito anos de estudo, enquanto no Chile, por exemplo, chega a 10 anos. Caso seja mantida a velocidade de crescimento dos nossos índices de escolaridade média, precisaremos de 15 anos para alcançar o atual índice chileno. Calcula-se que cerca de 12 por cento de nossos jovens não têm condições de competir no mercado de trabalho, por serem analfabetos funcionais, que não chegaram a completar a quarta série do ensino fundamental.

Garantir o acesso à escola, fazer com que os jovens nela permaneçam e buscar a qualidade na educação devem ser metas permanentes de qualquer política educacional. Recentemente apresentei nesta Casa projeto de lei que institui a jornada escolar de tempo integral no ensino fundamental, ampliando a carga horária das atuais 800 horas para 1.400 horas anuais, destinando pelo menos mil ao efetivo trabalho em sala de aula. Sua implantação gradual – com a posterior extensão para outras etapas da educação básica – proporcionaria benefícios pedagógicos, contribuiria para a inclusão social e para que a educação brasileira desse, finalmente, o salto de qualidade de que tanto necessita.

Não há como pensar em crescimento econômico e em desenvolvimento sustentável sem investimento em educação. Um sistema educacional eficiente é o mais importante entre os instrumentos capazes de assegurar uma sociedade mais justa e inclusiva. Se não detectarmos a tempo nossas falhas e não adotarmos providências para corrigi-las, pagaremos o preço por muito tempo, pois continuaremos a conviver com altos índices de evasão escolar e a formar gerações de despreparados para os desafios do mundo moderno.

Era o que tinha a dizer, senhor presidente.



O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Presidente diz que varre a corrupção”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 30 de agosto do corrente.

A matéria destaca que o presidente Lula afirmou, em discurso, que “ninguém deixará de ser meu amigo porque cometeu um erro”, referindo-se ao fato de que

vários petistas históricos se envolveram em casos de suborno e enriquecimento ilícito.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Presidente diz que varre a corrupção

‘Ninguém deixará de ser meu amigo porque cometeu um erro’

Na única vez em que abordou ontem o tema da corrupção, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse estar fazendo tudo para combatê-la. “No meu governo é assim: não tem lixo embaixo do tapete, doa a quem doer. Varrer é de verdade”, afirmou. Foi ovacionado pela plateia petista.

Menos de um mês depois de ter dito em entrevista ao *Jornal Nacional* que demitiu José Dirceu, da Casa Civil, e Antonio Palocci, do Ministério da Fazenda, Lula adotou um tom de discurso dubio em relação aos antigos companheiros. “Quem me conhece sabe que eu prezo muito a relação de amizade. Prezo demais. Ninguém deixará de ser meu amigo porque cometeu um erro, porque ficou desempregado e muito menos deixará de ser meu amigo porque eu virei presidente da República”, disse. Em nenhum momento, porém, o presidente citou Dirceu, Palocci ou qualquer outro petista que teve o nome envolvido na crise do mensalão.

Na pajelança, Lula afirmou ter construído uma relação de amizade “muito forte” com os companheiros que ali estavam. “A única coisa que um ser humano leva depois que morre é a re-

lação de amizade que ele deixou”, disse.

Com seis compromissos genéricos, o programa de Lula para o segundo mandato traz como uma das prioridades a reforma do Estado e menciona a necessidade de “transparência e combate à corrupção”. Uma das medi-

‘Ninguém deixará de ser meu amigo porque cometeu um erro’

das citadas consiste em “aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização da execução e da prestação de contas de recursos públicos transferidos, para evitar malversação e assegurar que alcancem os públicos-alvo e os objetivos estabelecidos nos convênios”.

Ao ser indagado sobre o caráter evasivo do enunciado, o presidente do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP), disse que Lula pretender dar “prosseguimento” ao trabalho da Controladoria-Geral da União. ● V.R.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Os bobos da Corte”, de autoria da jornalista Dora Kramer, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 25 de agosto do corrente.

A autora, em seu artigo, critica as declarações do músico Wagner Tiso e do ator Paulo Betti que, para justificarem seu apoio à candidatura do presidente Lula à reeleição, afirmaram que a política se faz sujando as mãos e que a ética não tem importância no jogo do poder. Segundo Dora Kramer, as declarações formam um verdadeiro “festival de alienação, irresponsabilidade social e analfabetismo político”.

DORA KRAMER

dora.kramer@grupoestado.com.br

Os bobos da Corte

Os artistas que agora levantam a bandeira do descaso à ética para justificar seu apoio à candidatura do presidente Luiz Inácio da Silva à reeleição não fazem bem a si nem ao candidato que defendem, e fazem muito mal ao País, pois emprestam sua popularidade ao mau combate.

Lançam diatribes aos políticos, associam-se às justas críticas ao Congresso, mas, tangidos pela pressa de justificar suas posições sem se dar ao trabalho de encontrar argumentos consistentes, não percebem que estão para a classe artística assim como mensaleiros e sanguessugas estão para a classe política.

O festim que reuniu nesta semana em torno do presidente Lula atores, produtores, cineastas e músicos não poderia ter resultado mais diabólico.

Um verdadeiro espetáculo de equívocos, a começar da convocação do ator José de Abreu aos presentes para uma saudação a gente denunciada pelo procurador-geral da República como integrantes de uma “organização criminosa”, passando pelo lançamento do lema “política só se faz com mãos sujas”, de autoria do ator Paulo Betti, tendo como ponto alto a declaração do músico Wagner Tiso de condenação aos indignados com os escândalos.

“Não estou preocupado com a ética do PT, ou com qualquer tipo de ética”, disse Wagner Tiso, informando ao respeitável público que só está preocupado “com o jogo do poder”.

O festival de alienação, irresponsabilidade social e analfabetismo político teve sua culminância no dia seguinte, quando o produtor Luiz Carlos Barreto rasgou de vez a fantasia: “Se o fim é nobre, os fins justificam os meios”, afirmou. Para ele, “inaceitável é roubar”. E acrescentou: “Mensalão não é roubo, é jogo político.”

Artistas defensores do descaso à ética emprestam sua popularidade ao mau combate

Ao senhor Barreto parece não ter ocorrido que o dinheiro do mensalão não brotou em árvores; saiu de empresas estatais – algumas das quais lhes financiam os filmes – ou de bolsos privados em troca dos serviços prestados por tráfico de influência no serviço público. É roubo, portanto.

Para a jornalista, “o dinheiro do mensalão é roubo e, ainda que não fosse, é corrupção, é desvio moral, é dissolução de costumes, é agressão ao preceito constitucional da probidade e da impessoalidade no serviço público, é a negação de princípios indispensáveis às sociedades democráticas e civilizadas”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

E, ainda que não fosse, é corrupção, é desvio moral, é dissolução de costumes, é agressão ao preceito constitucional da probidade e da impessoalidade no serviço público, é a negação de princípios indispensáveis às sociedades democráticas e civilizadas.

Se são essas as companhias com as quais o presidente da República pretende se apresentar ao setor cultural, pobres dos artistas, pois já tiveram como porta-vozes gente de convicções mais altivas.

Cabe apontar que muitos dos que estiveram com o presidente no inacreditável encontro condenaram as opiniões dos colegas. Estavam ali de maneira legítima, emprestando apoio ao candidato que consideram o mais adequado para presidir o País e com o qual têm afinidades políticas.

Um exemplo foi o ator Tonico Pereira. “Não achei legal o que eles disseram. Se você não pensar nisso (a defesa da ética como valor de conduta) como possibilidade, então é melhor desistir, eu persigo a ética na política.”

A convicção de Paulo Betti sobre o imperativo das mãos sujas como prática aceitável, bem como a defesa do vale-tudo em nome da causa nobre feita por Luiz Carlos Barreto ou a preocupação exclusiva com o “jogo do poder” manifestada por Wagner Tiso mostram total menosprezo pelos esforços de aprimoramento nos quais se engaja a verdadeira vanguarda cultural, social e política do Brasil e avalizam toda sorte de mazelas que infelicitam e atrasam o País.

Além de corroborarem a suspeita de que para certo tipo de gente ética só é boa como marketing eleitoral.

A classe artística está, agora, em situação semelhante à da banda saudável da política: obrigada a reagir se não quiser se confundir.

O problema se apresenta mais grave aos partidários de Lula que o apóiam não porque mandam às favas a moralidade, mas porque concordam com ele, consideram-no o melhor candidato, avaliam positivamente seu primeiro mandato e o vêem como capaz de fazer um bom segundo governo.

Oásis

A decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro de avançar para além da jurisprudência de aceitar todo e qualquer tipo de registro de candidatos processados antes da condenação final é sinal de que nem tudo está perdido.

Enquanto artistas – tradicionalmente um grupo de vanguarda – defendem o atraso e levantam a bandeira do menosprezo à ética, a Justiça Eleitoral vai assumindo a dianteira no processo de depuração.

Falta, no caso das impugnações de candidaturas, a confirmação pelo Tribunal Superior Eleitoral. Ontem, o presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, já adiantou de certa forma que a tendência é o tribunal negar os recursos.

Foi ele, na verdade, a fonte de inspiração para as decisões dos juízes regionais. Em palestras feitas nos tribunais locais, o ministro Marco Aurélio transmitiu a eles a impressão de que poderiam seguir o rumo do rigor, pois suas sentenças teriam abrigo na instância superior. ●

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Mensalão afastou investimentos do País”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 24 de agosto do corrente.

A matéria mostra que pesquisa elaborada pela consultoria Ernst & Young constatou que o escândalo do mensalão fez a avaliação do risco do Brasil crescer entre os investidores internacionais.

Segundo um dos sócios da empresa, “O mensalão foi a informação que mais rodou internacionalmente entre

os investidores. Virou uma espécie de marco de risco. Há, entre os executivos de multinacionais, uma percepção de retrocesso em relação à conduta ética no Brasil”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PESQUISA

Mensalão afastou investimentos do País

Conclusão é de levantamento da Ernst & Young; empresas de médio porte teriam evitado o Brasil após escândalo

Irany Tereza
RIO

O escândalo do mensalão – que envolveu de parlamentares a ministros de Estado, sendo o estopim para a saída de José Dirceu da Casa Civil – fez a avaliação de risco do Brasil crescer entre os investidores internacionais. “Investimentos foram cancelados ou postergados, especialmente na indústria de transformação”, diz José Francisco Compagno, sócio da área de Investigação de Fraudes da consultoria Ernst & Young, que elaborou a pesquisa “Riscos de Fraudes nos Mercados Emergentes” e um levantamento do perfil das fraudes nas empresas em São Paulo e no Rio.

“O mensalão foi a informação que mais rodou internacionalmente entre os investidores. Virou uma espécie de marco de risco. Há, entre os executivos de multinacionais, uma percepção de retrocesso em relação à conduta ética no Brasil”, diz Compagno. Segundo ele, não há ainda como mensurar o volume de investimentos que poderia ter ingressado no País não fosse esse risco. “É difícil quantificar, porque a entrada de recursos continua alta, mas poderia ser maior. O que os investidores chamam de ‘custo oculto’, que advém do risco de fraude, corrupção e propina, encarece e, às vezes, inviabiliza o investimento”, diz ele.

A pesquisa foi feita com 586 empresas com atuação em 19 países. A principal questão era se algum investimento já havia sido abortado por causa de riscos de corrupção. O resultado foi que uma em cada cinco deixou de investir em mercados emergentes após avaliar o risco de fraude nos países em que pre-

Compagno disse que a pesquisa não foi aberta por País, até para evitar problemas comerciais ou diplomáticos ou qualquer outro constrangimento. Mas disse que, na América Latina, a percepção de risco do Brasil está, mais ou menos, no mesmo nível da Argentina e Colômbia como as maiores preocupações das empresas.

“O Brasil é visto como o principal motor da América Latina e hoje já não há mais o julgamento de que todos os países latino-americanos são iguais. Segundo Compagno, o nível de risco de corrupção dos governos é um componente novo na tomada de decisão dos investidores.

No caso do Brasil, segundo ele, o que deixou os empresários perplexos foi o caso do men-

Foram ouvidas 586 companhias, com atuação em 19 países

salão, com denúncias de que os parlamentares recebiam propinas mensais para não interpor obstáculos a projetos de interesse do governo. O dado positivo da investigação ter atingido todos os escalões foi suplantado, segundo ele, pela negatividade da informação em si. A fuga para outros mercados emergentes ocorreu mais entre empresas de médio porte, que se consideram mais vulneráveis.

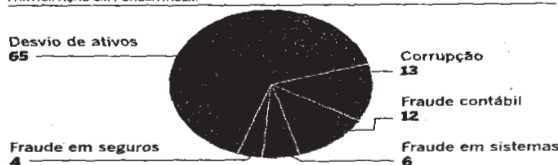
Segundo o levantamento,

CORRUPÇÃO

Perfil das fraudes e do fraudador no Rio de Janeiro e São Paulo

Natureza das fraudes identificadas

PARTICIPAÇÃO EM PORCENTAGEM



Perfil do funcionário fraudador

Em São Paulo

58% não nível universitário

61% ganham salário acima de R\$ 2 mil

No Rio de Janeiro

51% possuem escolaridade média ou curso superior incompleto

61% recebem salário abaixo de R\$ 2 mil

Fonte: ERNST & YOUNG

Infográfico/AE

48% dos entrevistados acreditam que corrupção e pagamento de propinas são as maiores ameaças que as empresas podem enfrentar nos países emergentes, como Brasil, Rússia, China e Índia. A pesquisa apontou percepções diferentes entre os entrevistados baseados em países desenvolvidos e emergentes. Enquanto nestes a corrupção e as propinas são mais ameaçadoras, nas nações desenvolvidas 31% dos executi-

vos apontaram as fraudes internas como maior risco, seguidas da corrupção e de fraudes financeiras, empataadas com 20% dos votos. Entre os entrevistados, 20% afirmaram já ter vivenciado em suas empresas algum tipo de fraude significativa nos últimos dois anos. Destes, 75% disseram que a fraude foi cometida em mercados desenvolvidos. • COLABOROU NICOLA PAMPLONA

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 19 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro
BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão
PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará
PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco
PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais
BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás
PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso
PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul
PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará
PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba
PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo
PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí
PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte
PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina
PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas
P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho**

Sergipe
PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas
PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná
PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre
BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul
PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal
PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins
PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá
PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**^S
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia
PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima
PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) ³		
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁶	MG	2244	1. Leomar Quintanilha (PC do B) ⁵	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁷	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) ²⁻⁴		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 5.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ A Senadora Serys Slhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 74 PÁGINAS